

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR  
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA  
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 10**

21 de julho de 2020

(17:45 h – 20:57 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu, Presidente à data dos factos e atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Paulo Leitão (PSD)

João Gouveia (PS)

João Dias (PCP)

Fabíola Cardoso (BE)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

José Rui Cruz (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que podemos iniciar a nossa reunião.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

Antes de começarmos a nossa audição, queria só fazer um esclarecimento e também auscultar Srs. Deputados. Na próxima semana teremos duas audições, nos dias 28 e 29, para as quais ainda não foram enviadas as convocatórias, e quase diria — mas gostava de ter a certeza — que o horário será mais ou menos o disponível. Não sei se alguém tem alguma reunião de comissão ou alguma iniciativa legislativa para fechar, senão podemos tentar marcar um pouco mais cedo. Em vez de ser às 17 horas, podemos marcar para as 15 horas, por exemplo, para não acabar tão tarde.

Esta seria a minha intenção inicial, mas gostava de saber o que têm a dizer.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, pessoalmente, e não sei quanto aos meus colegas, sugeria que aguardássemos até ao fim desta semana, se fosse possível, porque é a altura em que temos as convocatórias das diversas comissões.

Tenho redações finais na 1.<sup>a</sup> Comissão e na 7.<sup>a</sup>, mas ainda não sei a que horas vai ser a reunião. Esse é o problema, ainda não saber exatamente quando vai ser a reunião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, eventualmente, pelo menos para terça-feira — porque na quarta o problema é capaz de não se colocar —, podemos fazer já a convocatória junto dos senhores, deixando a indicação da hora mais para o final da semana. Ou seja, eles serem já contactados, indicando-se um dia, até para se prepararem.

Acho que na quarta-feira não vai haver problema, mas admito que na terça surjam problemas de compatibilização.

O Sr. **Presidente**: — Estava até a pensar o seguinte: é mais fácil avisar um do que avisar 10, 12 ou 15. Os senhores seriam convocados para terça-feira, às 15 horas, sendo que até esta quinta-feira todos nós saberemos, acho eu, qual é a agenda da próxima semana. Se necessário, dizemos ao senhor que tem de vir um pouco mais tarde.

Aguardarei que os grupos parlamentares me alertem no caso de termos de alterar a hora, senão ela ficará marcada. Se estiverem de acordo, avançaremos assim.

Vamos então dar início à nossa audição, mas peço apenas que me deem 2 segundos para receber o depoente.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa audição, recordando que esta é uma reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Para prestar depoimento, temos em audição o Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, a quem dou as boas-vindas e agradeço a presença.

Srs. Deputados, embora o nosso depoente tenha sido alertado, permitam-me que faça consignar, até para quem nos ouve, que o modelo da audição obedece a três rondas potenciais: uma primeira ronda, de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta-resposta, que V. Ex.<sup>a</sup> acompanhará; uma segunda ronda, de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com resposta global no final; e uma terceira ronda, se necessário, em que cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos e cada Deputado, individualmente, pode invocar a prerrogativa de lhe dirigir perguntas por 2 minutos.

V. Ex.<sup>a</sup> tem também a possibilidade de fazer uma intervenção inicial, até ao máximo de 15 minutos. Pergunto-lhe se quer usar desta prerrogativa, sendo que caso não o pretenda daremos início imediato à nossa audição.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu** (Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos): — Sr. Presidente, essencialmente, vou usar este período inicial para cumprimentar os Srs. Deputados.

Estou completamente à vossa disposição, no sentido de o meu testemunho poder contribuir para que se apure a verdade, digamos assim, ou que, pelo menos, possa ajudar a desmitificar alguns factos que estejam menos esclarecidos.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, e considerando que o depoimento do Sr. Presidente foi indicado pelo PSD, é o PSD que dará início a esta audição.

Para tal, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Jorge Abreu, começaria por agradecer a sua disponibilidade e a sua presença nesta Comissão de Inquérito para prestar aos portugueses os devidos esclarecimentos, que se impõem.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, relembramos a trágica memória dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, que deixaram uma enorme perda a nível da floresta, de propriedades agrícolas, de infraestruturas, de empresas, de habitações e, principalmente, em termos de vidas humanas.

O objeto da presente Comissão prende-se com o apuramento das responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios ocorridos em junho de 2017, não no sentido de transformar as vítimas em criminosos, como já ouvi nesta Comissão, mas sim para garantir que as vítimas não o são duplamente, ou seja, vítimas da grave tragédia dos incêndios e vítimas da incorreta gestão dos apoios e da ajuda humanitária.

Esta é também uma forma de homenagear as vítimas, garantindo-se o apuramento da verdade e que se corrija o que, eventualmente, tenha corrido menos bem.

Recordo que, de acordo com as recomendações internacionais no âmbito da ajuda humanitária, o Estado deve organizar e coordenar a ajuda envolvendo as organizações não-governamentais da sociedade civil e intergovernamentais, devendo esta ser célere e obedecer ao princípio da eficiência, evitando-se duplicações de ajuda. Devem instituir-se sistemas de controlo que previnam situações de fraude e de corrupção, garantindo, paralelamente, a divulgação pública, transparente e aberta para que todos os objetivos e resultados da ajuda sejam facilmente conhecidos pelos principais interessados.

No âmbito da Lei n.º 108/2017, que estabelece as medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais de 2017, nomeadamente em Figueiró dos Vinhos, ficou definido que as vítimas dos incêndios têm direito ao

acompanhamento gratuito pelo Serviço Nacional de Saúde, isto é, à gratuidade de medicamentos e do transporte para tratamentos e à isenção de taxas moderadoras, entre outros apoios. Têm também direito a alojamento temporário que assegure condições de manutenção das suas relações familiares e à reconstrução e recuperação das habitações.

Questiono, assim, qual foi o papel da Câmara na identificação dos beneficiários destes apoios.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — Sr. Presidente, começo por fazer uma ligeira correção: não sou Doutor. Aliás, não sou licenciado e, como tal, fica já aqui o esclarecimento. Presidente ou Jorge Abreu... estão à vontade. Acho que não devo passar pelo título que não tenho.

O acompanhamento que foi feito, nomeadamente no levantamento sobre os lesados, ou seja, as vítimas do incêndio de 2017 em Figueiró dos Vinhos, começou nos dias a seguir com uma comissão multidisciplinar. Essa comissão incluía elementos da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), da Câmara Municipal — quer do urbanismo, quer das obras municipais e das obras particulares —, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), da segurança social e também o presidente de junta da freguesia em que estava a ser feito o levantamento.

Este levantamento de todas as situações no nosso concelho — essencialmente em três de quatro freguesias, porque uma delas foi menos afetada — foi feito de imediato, logo nos dias a seguir ao incêndio. Estou a falar, sensivelmente, de quatro ou cinco dias, sendo que houve depois umas ligeiras correções, até porque algumas pessoas não estavam em casa e em relação a outras era necessário tirar algumas dúvidas. Assim, identificaram-se todas as vítimas, digamos, também a nível dos prejuízos nas habitações,

de saber quais eram permanentes e quais não eram, dos prejuízos na agricultura e das pessoas que necessitavam de apoio em termos de saúde, nomeadamente de saúde mental, em parceria com o Ministério da Educação, com o agrupamento do centro de saúde de Figueiró dos Vinhos e com a ARS (Administração Regional de Saúde).

Ou seja, o levantamento foi feito e, a partir daí, começámos, logicamente ponto por ponto, com cada assunto a ser tratado.

**O Sr. Presidente:** — Devolvo-lhe a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Paulo Leitão (PSD):** — Sr. Presidente, começaria por pedir desculpas pela forma como me referi a si, há pouco. Agradeço a correção.

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — Tudo bem.

**O Sr. Paulo Leitão (PSD):** — Pode precisar se foi efetuada fiscalização e supervisão da atribuição dos referidos apoios?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder.

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — Obrigado, Sr. Presidente.

Da parte do município de Figueiró dos Vinhos, e vou-me cingir só ao município de Figueiró dos Vinhos... Eu, como Presidente da Câmara, não tive assento nas comissões técnicas nem no Conselho de Gestão. No entanto, os técnicos que foram por mim direcionados para fazer parte dessa Comissão Técnica — nomeadamente técnicos do urbanismo, a arquiteta, e também alguns na área das obras, particulares e públicas — eram gente da minha inteira confiança. Aloquei, precisamente, os técnicos mais credenciados que

tinha, com mais *know-how*, digamos assim, com mais experiência, até no relacionamento com as próprias pessoas, porque sabia que era um caso... O ambiente com os lesados, nos dias a seguir, não era fácil. Não era fácil de lidar e, também em termos psicológicos, era preciso saber estar com as pessoas.

Esse acompanhamento foi feito pelos meus técnicos, mas eu estava permanentemente a ser informado. Não posso vir aqui nem a lado nenhum dizer que desconhecia, porque me era reportada toda a informação e eu tomava as decisões. Os técnicos sentiam-se mais à vontade e mais confortados com o meu aval, com o meu apoio. Por isso, no concelho de Figueiró dos Vinhos, todas as casas e todos os apoios eram fiscalizados por nós. Eu próprio fui a muitas para ver, para me inteirar das obras e de como estava tudo a ser acompanhado, e solicitei dúvidas aos meus técnicos, que as levavam à Comissão Técnica e ao Conselho de Gestão. Eu era um acompanhante permanente. Porquê? Tinha interesse em que as coisas corressem bem porque quando as coisas correm mal e há queixas a fazer é ao presidente da câmara que se vai. Ninguém vai ao Conselho de Gestão nem à Comissão Técnica, até porque nem sabiam como é que isso funcionava ou onde é que estava a funcionar.

Perante as queixas, eu sentia a necessidade de ir acompanhar, até para esclarecer as pessoas — dizendo: «Olhe, está a ser feito assim, por isto e por isto... O projeto não avançou por isto... Não podemos avançar neste sentido por isto...» —, para lhes dar uma justificação. Parto sempre do princípio de que um «não» também se aceita, o que é preciso é explicá-lo. Eu não queria, de forma alguma, ser apanhado desprevenido, porque é normal que venham ter connosco. Em municípios pequenos, como o de Figueiró dos Vinhos, é normal que todos se conheçam e, quer queiramos quer não, o presidente da câmara está sempre em contacto permanente com as pessoas. Eu tinha de estar informado e, por isso, o acompanhamento foi permanente.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Referiu que este acompanhamento, esta fiscalização, foi feito pelos seus técnicos. Houve outras entidades a fazer fiscalização?

E deixo-lhe outra pergunta que se prende com essa. O anterior Presidente da Câmara de Castanheira de Pera referiu aqui que veria com maus olhos se técnicos de outro município fiscalizassem ou acompanhassem obras no seu município. Compreende estas afirmações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, desculpe, mas não percebi. Com maus olhos ou com bons olhos?

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Com maus olhos.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Da minha parte, não via com maus olhos nenhuns. Até nem sei se os técnicos, às vezes, quando iam, por exemplo... Os concelhos confinam uns com os outros e podiam ir ver uma casa no meu concelho e, depois, outra casa 200 m logo à frente, no concelho de Castanheira de Pera ou de Pedrógão. Às vezes os técnicos iam juntos e inteiravam-se, acho que eles faziam isso.

Logicamente, nunca fui fiscalizar, por iniciativa própria, as obras dos concelhos vizinhos, mas os técnicos... Não me chocava nada, muito pelo contrário. Da minha parte até gostava que viessem ver as obras e

acompanhar, até para trocarmos algumas impressões, como eu trocava com o Presidente da Câmara de Castanheira de Pera e com o atual Presidente da Câmara de Pedrogão Grande. Na altura, eu, o Valdemar Alves e o Fernando Lopes trocávamos muitas impressões no sentido de acertarmos ser mais assertivos. Ou seja, alguns problemas de um lado podiam ser também os problemas noutra concelho e, assim, estávamos mais familiarizados com as situações, éramos mais transversais e, no fundo, tomávamos decisões coerentes uns com os outros.

Quanto a outras entidades a fiscalizar, sim. Por exemplo, a CCDR fez um acompanhamento de louvar, porque acompanhou-nos sempre com os seus técnicos, a nível das comissões técnicas, e também a nível de fiscalização, de agrupamentos e às vezes corrigia-nos alguns documentos que eram necessários, mas que não iam em conformidade. Teríamos de procurar que esses mesmos documentos se encaixassem naquilo que era necessário, ou seja, também foram fiscalizados. A nível da agricultura, a DRAPC fiscalizou aquelas avaliações e acompanhou tudo. Aliás, após solicitação dos agricultores para serem confirmados e depois indemnizados, eram os técnicos da DRAPC que iam ao local.

Acho, muito sinceramente, que as coisas foram fiscalizadas e acompanhadas. Pelo menos, falo pelo meu concelho. A própria segurança social esteve sempre no concelho, permanentemente, e não me apercebi de nada que nos passasse um pouco à margem e em que não tivéssemos algum controlo da situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sabe se a totalidade destes apoios foi garantida pelo Estado aos cidadãos de Figueiró dos Vinhos?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — A totalidade de quê?

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — A totalidade dos apoios enunciados na Lei n.º 108/2017, de que falei.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Da parte de Figueiró dos Vinhos, quanto aos apoios estipulados pelo REVITA e por outras entidades, não tivemos qualquer tipo de inconveniente após eles terem sido estipulados. Por exemplo, a nível dos apoios na agricultura, inicialmente foi estipulado que eram de cerca de 1500 € até 5000 €. Houve gente que recebeu só os 5000 € porque entenderam apresentar prejuízos até esse valor. Havia um processo burocrático, desde contabilidade organizada a candidaturas, etc., e estamos a falar, por vezes, de agricultura de subsistência, familiar, sem capacidade para isso.

A partir daí, o que estava estipulado... Plenamente de acordo, não vimos inconveniente nenhum. A CCDR foi sempre muito assertiva nos autos de medição, etc., com tudo devidamente controlado. Da parte de Figueiró dos Vinhos, as coisas correram assertivamente e não tenho nada a salientar, senão já o teria feito, caso alguma coisa estivesse em atraso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

As vítimas teriam também direito a vários apoios de carácter excepcional que abrangem a atribuição dos seguintes apoios, complementos e subsídios: uma prestação única, de carácter imediato e excepcional, para as famílias que perderam as suas fontes de rendimento; um subsídio mensal complementar aos pensionistas que perderam as suas fontes complementares de rendimento; um apoio social complementar para as famílias das vítimas mortais; e outros apoios sociais de natureza eventual, excepcional, de carácter pecuniário ou em espécie, atribuídos em situações de comprovada carência económica.

Em Figueiró dos Vinhos, estes apoios foram dados?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Este tipo de apoios foi dado, essencialmente, pela segurança social, que esteve sempre no terreno e que aferia todas as situações e tomava a iniciativa e a responsabilidade de as validar no sentido de eles receberem esses apoios.

O que fizemos em Figueiró dos Vinhos, nomeadamente com a segurança social de Leiria, foi juntar todas as nossas associações em termos sociais: as Vicentinas, que temos localmente, a ação social da Câmara e a Santa Casa da Misericórdia. Ou seja, pusemo-las a trabalhar em conjunto e não separadamente, senão corríamos o risco de estar a atribuir subsídios em duplicado. Às vezes, as pessoas testam-nos e se sabem que indo à porta *A* conseguem um subsídio e que a porta *B* não sabe que foram à porta *A*... Para evitar isso, houve uma sintonia plena, coordenada pela segurança social, e em Figueiró dos Vinhos não houve subsídio algum ou listagem alguma de atribuição de subsídios sem o aval da segurança social.

Como Presidente da Câmara, o pior que me podiam pedir era isto: «Sr. Presidente, temos aqui um subsídio para 30 pessoas. Se faz favor, dê-me aí os nomes». É o que mais nos pode complicar... Logicamente, e peço desculpa pela expressão, nunca caí daí abaixo, porque delegava sempre na segurança social. Era a ela que isso competia e estava sempre salvaguardado. Bem ou mal, foi a segurança social, com os critérios que entendeu, que atribuiu todos esses subsídios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.  
Atualmente, que apoios permanecem?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado.

Quanto aos apoios que permanecem, tirando os apoios às vítimas em termos indemnizatórios, mantém-se todos os que estão dentro da legalidade e dos regulamentos. Temos, inclusive, na Câmara Municipal, o regulamento de incentivos, alterámos muitos regulamentos desde essa altura até agora e continuamos a atualizá-los para irmos ao encontro das dificuldades das pessoas. Mais uma vez, devidamente sustentados pela nossa ação social, em conjunto com a segurança social, no sentido de sermos o mais assertivos possível.

Isso mantém-se, dentro das nossas possibilidades, porque é um município com limitações financeiras mas tentamos ao máximo que não haja dificuldades e que ninguém fique debilitado em termos sociais, em termos psíquicos e também em termos alimentares, com rendimento, para que não haja qualquer tipo de situação em que se possam sentir lesados pelo facto de

terem sido vítimas ou afetados pelos incêndios. Isto em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, com quem temos uma parceria muito estreita e o trabalho é feito de uma forma em que todos os casos são devidamente analisados. Em função disso, será depois feito, ou não, o devido enquadramento e encaminhamento para o programa ou regulamento mais apropriado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não nos consegue precisar, da administração central, quais são os apoios que atualmente permanecem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Ao precisar correria o risco de não ser assertivo, mas, se virem necessidade disso, posteriormente, posso fazer chegar essa informação a esta Comissão, para não correr esse risco... Não a domino na totalidade, sou sincero.

O Sr. **Presidente**: — Se o Grupo Parlamentar do PSD quiser, depois poderá requerê-la pelas vias normais.

Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Consegue dar-nos a informação de quantos agregados familiares em Figueiró dos Vinhos foram vítimas dos incêndios? Tem esta quantificação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Vítimas? Está a falar de falecimentos?

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Estou a falar de agregados que foram vítimas por motivos de prejuízos e que beneficiaram de apoios.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Pois, isso são variadíssimos. Estamos a falar, por exemplo, de empresas que depois a CCDR acabou por normalizar. Na agricultura são muitos. Há o pequeno produtor florestal a quem os apoios e os subsídios não permitiam, por exemplo, que fosse liquidada ou compensada a madeira. Quem tinha um pinhal ou eucaliptal não era compensado pelo facto de este ter ardido. Porquê? Só era compensado se, eventualmente, tivesse sofrido danos de maquinaria — máquinas, tratores, carros, etc. — ou se tivesse uma empresa.

Também compreendo que se o Estado fosse pagar tudo o que era matéria combustível, digamos assim, pinhal ou eucaliptal, abriria um precedente a nível do País, uma «caixa de Pandora», e nunca mais conseguiria... Compreendo que teve de haver algum critério para futuramente se continuar com esse critério, como aconteceu passados quatro meses, por exemplo, no incêndio bastante grande de 15 de outubro, de Oliveira do Hospital a Coimbra, com passagem pelo Pinhal de Leiria, onde também houve cerca de 44 vítimas. Isto é, 10 vezes mais dimensão territorial em relação à de Figueiró e Castanheira e também, tanto quanto sei, 10 vezes mais em valores de prejuízo. Ou seja, o Estado tem de ter uma conduta transversal, como é lógico, e abrindo uma exceção na nossa região...

Houve esses prejuízos, houve prejuízos de agricultura, houve prejuízos para as pessoas com as segundas habitações, aquelas que não eram permanentes mas que inicialmente se pensou que também teriam apoios do

Estado, apoios esses que acabaram por não vir. Dentro deste quadro, não sei quantificar isso e é quase impossível de quantificar porque não estão registados. Por exemplo, se ardeu um simples pinhal e não sabemos de quem é, só sabemos que ardeu. Nem há cadastro de alguns que arderam.

É impossível, para já, saber a quantidade, mas são muitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Relativamente às habitações, tem noção de quantas casas foram afetadas pelos incêndios? Destas, quantas foram construídas e quantas estão por reconstruir?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, posso dar-lhe os números do concelho de Figueiró dos Vinhos, porque vim munido, mas antes faço uma ligeira introdução. Aquando daquele levantamento inicial dos prejuízos, foi feito o levantamento, quer das primeiras habitações, quer das segundas e também de armazéns agrícolas, etc., mas sempre com uma referência às que eram permanentes, a quem habitava lá, com aqueles critérios normais como as faturas da água, da luz e, mais tarde, o domicílio fiscal. Mas nós, naquele concelho... eu, particularmente, conheço praticamente as pessoas todas e sei se lá estão a viver ou se não estão. Aos presidentes de junta, então, não falha nada, de certeza absoluta, e quando um não souber sabe o outro.

Quando me chegou a listagem, ao analisá-la, vi perfeitamente se estava enquadrada ou não. Conheço as famílias, pois sou nado e criado há 56 anos naquele concelho e, como não é um concelho grande, este é o conhecimento



normal da situação. Veio a relação e, no início, começando pelas habitações permanentes, havia cerca de 25-26 no concelho de Figueiró dos Vinhos, porque algumas pessoas não estavam em casa e tiveram, depois, de falar com elas. Uns dias depois passaram para 31, mas desistiram 2 e ficaram 29 primeiras habitações, ou permanentes, em Figueiró dos Vinhos.

A relação das segundas habitações era capaz de chegar, sensivelmente, às 50 ou 60, no total. Agora não trago aqui a listagem porque, no fundo, passaram a não ter apoio.

Daquelas 29, algumas são de pequena monta. Por exemplo, temos algumas habitações com orçamentos de 600 € ou de 750 €. Estamos a falar de uma simples caleira ou de estores, ou seja, de coisas simples. Em Figueiró dos Vinhos, das 18 habitações que o Fundo REVITA apoiou, gastaram-se 98 964 €, o que não é muito para 18 habitações. Duas habitações de raiz levariam logo este valor, conforme sabem.

Quanto à Caritas, Santa Casa da Misericórdia, SIC Esperança e União das Misericórdias, o investimento nas habitações permanentes já vai para os 702 000 €, na totalidade.

Este é, mais ou menos, o cenário. Se pretender que seja mais preciso, poderei dar mais informações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Já que fala no Fundo REVITA, pedia-lhe que descrevesse a participação do município e os contactos que este tinha no funcionamento do Fundo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Paulo Leitão, no Fundo, funcionava assim: existia a Comissão Técnica, que tinha uma equipa multidisciplinar, conforme já disse — da CCDR, dos municípios, com os técnicos — e havia um representante do Conselho de Gestão, que inicialmente era o Presidente de Castanheira, que tem assento, por inerência, na Comissão Técnica.

O que é que a Comissão Técnica fazia, na prática? Analisava todos os processos, toda a documentação. Os técnicos das câmaras iam ao local e pediam para a Comissão Técnica, a qual enviava para a CCDR toda a documentação, que era aferida e conferida. Às vezes, diziam-nos que algum documento não estava em conformidade e nós corrigíamos-lo. No fim de o processo estar devidamente instruído e verificado pela CCDR, ia à Comissão de Gestão e esta dava ordem de pagamento.

Era assim que funcionava. Na prática, era mais ou menos isto, tirando uma ou outra situação que pudesse ser ligeiramente diferente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Alguma vez participou numa reunião do Fundo REVITA? Pergunto-lhe isto porque quando o representante das autarquias era o Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, segundo ele aqui disse, o senhor estava como seu substituto. A atual Presidente da Câmara de Castanheira de Pera referiu, também nesta Comissão, que ia a reuniões da Comissão Técnica para se inteirar e, por isso, faço-lhe esta pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Ele disse-o e bem. O Presidente de Castanheira era o nosso representante e tinha assento na Comissão Técnica. Eu nunca estive, nenhuma vez, na Comissão Técnica e fi-lo com deliberada consciência e mesmo com essa intenção, porque vi que aquele era um ambiente em que, por vezes, os técnicos se sentiam um pouco coagidos quando lá estávamos. Porque a nossa ânsia perante as pressões, que foram muitas, por parte das pessoas... Não era ao fundo REVITA mas a nós que vinham dizer: «Sr. Presidente, tenho a minha casa sem telhado, como é que a arranjo?».

Estando na Comissão Técnica, quer queiramos, quer não, eu acabava por influenciar os meus técnicos. Com todo o respeito pelos meus técnicos, porque são pessoas altamente qualificadas, se eu dissesse que fazia questão de ser assim, até acredito que podia arranjar ali uma maneira de enviar a decisão. Por esse motivo... e tinha total confiança neles, sabia que estavam perfeitamente à-vontade, em termos técnicos estavam mais à-vontade do que eu, que só tenho o poder de decisão e eles tinham o conhecimento. Traziam-me toda a sequência da reunião e eu sabia tudo o que lá se passava, pelo que não posso dizer que desconhecia fosse o que fosse sobre os assuntos.

No entanto, foi isto que eu fiz: não participei porque achei que não tinha de participar, para não influenciar. Mas compreendo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Castanheira de Pera tenha participado. E porquê? Porque ela iniciou um mandato. Ao iniciar o mandato, para ela isto era tudo novo e já levávamos cerca de quatro meses de processo. As eleições foram em outubro, pelo que de junho a outubro já haviam decorrido quatro meses. Ou seja, ela caiu ali sem ter conhecimento... Acredito que com alguns técnicos, não os conhecendo — a senhora caiu ali, nunca foi vereadora, nunca esteve ali —, era complicado e ela inteirou-se. Assistiu a muitas reuniões da Comissão Técnica com o sentido de se inteirar do que se estava a passar.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Percebendo, daquilo que nos respondeu, que o Conselho de Gestão era o órgão de gestão que tomava as decisões e a Comissão Técnica era um órgão técnico, pergunto-lhe: o primeiro representante dos municípios foi o Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, depois foi o Presidente da Câmara de Pedrógão e, a seguir, um chefe de divisão da Câmara a que preside. Por que razão tomou esta decisão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Essa decisão, mais uma vez, não foi por acaso. Não foi por acaso e passo a explicar. Nomeámos o Sr. Fernando Lopes, e porquê? O critério foi este: era o autarca que estava há mais tempo. Ele estava em final de mandato, no último mandato, e eu e o Valdemar Alves reconhecemos isso e foi assim que o convencemos: «Fernando, ao pé de nós, nós estamos a começar e tu estás em final de mandato». Tinha sido vice-presidente do anterior presidente durante cerca de 8 ou 10 anos, tinha uma experiência muito alargada de autarca e fazia sentido que fosse ele a estar lá. Aceitou e foi.

De seguida, houve eleições e ele não pôde candidatar-se. Com as eleições, teve de sair. Eu era vice-presidente, mas isso não implicava que fosse... Tinha de aceitar, tudo bem. Chegámos à conclusão de que o Valdemar Alves, até por alguma manifestação, porque ele tinha muitos casos... No final de outubro, eu tinha os casos praticamente todos resolvidos, era só a questão do que estava em obra. É que o que se passou no concelho

de Figueiró dos Vinhos não tem nada que ver com o que se passou em Pedrógão Grande e em Castanheira de Pera.

Em Figueiró dos Vinhos, como estão a ver, temos 29 casas de primeira. Se calhar, Castanheira tem algumas 80 ou 90 e Pedrógão tem algumas 140. Isto sem precisar os números, mas só para verem a dimensão.

Em outubro eu tinha praticamente tudo orientado, no sentido de que era só execução de obras. O Valdemar Alves tinha lá os processos dele, era muito Pedrógão e foi por isso que se viu. Ele estava dentro dos assuntos, conhecia muito a realidade daquilo e foi por isso que foi.

Quando o Valdemar Alves acabou por sair, passado mais ou menos nove meses ou um ano, entendi meter um chefe de divisão de obras da câmara municipal. E porquê? Porque ele é engenheiro civil, tem uma tarimba muito acima da média e aqueles processos eram muito a nível de engenharia civil e de legislação. Com isto que lhe disse, convenci-o: «Vais representar os municípios, nomeadamente a Câmara de Figueiró dos Vinhos, pela tua experiência, porque sei que vais ser uma mais-valia no sentido técnico». Ele tinha a capacidade e foi no pior período, que foi o período em que houve mais investigações, etc., com o apoio jurídico que a Câmara lhe estava a dar, porque era necessária uma pessoa tanto a nível de engenharia civil, técnico, como a nível de legislação.

Eu só não fui, porquê? Porque ainda hoje entendo que quando o Regulamento do REVITA foi feito, no Conselho de Gestão não deviam estar os presidentes de câmara. Isto ainda hoje prevalece e se calhasse a ter sido assim evitávamos muitas chatices ou muitas dúvidas que existem — não digo que sejam chatices —, evitávamos isso. Acho que devíamos estar à parte e deixar que alguém, que não nós, analisasse tecnicamente todas as situações, porque, como já disse, quer queiramos, quer não, temos a pressão das pessoas. São pessoas que nos conhecem e, quer queiramos, quer não, por muita isenção que possamos ter, acabamos por ser influenciados, até pela

amizade, pelo conhecimento, às vezes com sentido de pena, e deixamos de tomar decisões assertivas.

Foi nessa perspectiva e também porque sabia que, nomeando-o a ele, ficava muito melhor em termos técnicos do que se estivesse lá eu, sinceramente, sem qualquer dúvida. No entanto, quando ele lá estava eu tinha todo o conhecimento, com atas e tudo. Comunicava-me tudo e dava-me conhecimento. Pacífico! Não posso dizer que estou aqui e que não foi nada comigo. Não, muito pelo contrário. Como costumo dizer, enquanto Presidente de Câmara, quando correr mal, ninguém no concelho tenha dúvidas de que vou à frente. Quando correr bem, posso não ser eu a levar a bandeira à frente, mas, quando correr mal, não empurro para ninguém e sou eu que dou a cara e estou lá sempre.

Por isso, quem esteve lá no Conselho de Gestão, em substituição da Câmara, foi porque eu entendi que era a melhor pessoa. E tanto é que, recentemente, em reuniões com o Presidente do REVITA, o Dr. Rui Fiolhais, do Instituto da Segurança Social, me referiu que ele foi uma mais-valia, sem dúvida, pela forma como trabalharam na parte final, dada a exigência. Isso veio dar-me razão, porque se eu lá estivesse, possivelmente, as coisas não teriam funcionado tão bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de retomar a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas verificando a lógica do próprio Regulamento, assim como na sua autarquia, tem a componente técnica que está na sua dependência, neste caso o chefe de divisão, e depois tem a componente de gestão da própria autarquia. Penso que aqui até haveria um paralelismo, com a componente no Conselho de Gestão e, depois, a componente técnica na Comissão Técnica.

Pegando no regulamento do Fundo REVITA, e já que manifestou discordância neste ponto, questiono se participou na elaboração do mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, por inerência, o nosso representante no Conselho de Gestão é quem tem assento na Comissão Técnica e, por isso, não podia ser eu num lado e ele no outro. A participação neste regulamento não foi direta, ou seja, não nos sentámos todos ali e com a nossa participação... Chegou-nos um pouco também do Governo, da CCDR. Nomeadamente, é natural que o Presidente do REVITA, o Dr. Rui Fiolhais, tenha tido uma participação muito ativa. Agora, da minha parte, da parte da Câmara, não... No fundo, não digo que nos foi imposto, porque concordámos, logicamente, e não manifestámos nada, mas não trabalhei diretamente no regulamento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — É que foi transmitido nesta Comissão, pelo anterior Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, que o projeto de regulamento terá vindo de um gabinete ministerial.

Relativamente ao Fundo REVITA, este serviu para a recuperação das primeiras habitações em Figueiró. Também permitiu reconstruir anexos, barracões ou segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Não, diretamente não. O Fundo REVITA, não. Houve, aqui, mas a nível privado... Por exemplo,

sei que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por sua iniciativa, ia além, mas claro, aí, tudo bem. Davam-nos conhecimento, dizendo «Sr. Presidente, vou fazer ali, no local da Coelheira», porque eles adotaram aquela aldeia...

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem uma particularidade: adotou uma aldeia em cada um dos concelhos, reconstruiu o que aí havia, independentemente do custo, e foi para além do que... Não tinham de se reger pelo regulamento do REVITA e enquanto eles assim o entendessem, para nós, tudo bem. Agora, o Fundo REVITA não, porque estava estipulado que era de acordo com os projetos, com a implantação que havia, com os registos e, claro, não se ia agora... Uma pessoa que tinha um T1, de um momento para o outro aparecia com um T5... Isso, claro, em princípio não fazia sentido, até porque, como é lógico, tecnicamente não passava.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Tem conhecimento de segundas habitações ou de habitações em ruína que tenham sido tratadas como primeiras habitações no âmbito do Fundo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Não, e eu falo do meu concelho. Não, de certeza absoluta.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo-lhe a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.



Não existindo nada na lei que excluísse, *a priori*, as segundas habitações, por que razão é que estas candidaturas, se existiram no concelho de Figueiró dos Vinhos, não foram aceites?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Muito sinceramente, compreendo quem tenha tido outro entendimento disto. E porquê? Porque, inicialmente, o que se referia era habitações e recuperação. Naqueles dias iniciais, como Presidente e com uma catástrofe como aquela que nos chegou, pensava lá em primeiras ou segundas habitações, queríamos era recuperar, orientar e acompanhar as pessoas. No entanto, foi feito o levantamento de tudo.

Depois, começou-se a ver o que era mais permanente, prioritário. Eram as primeiras habitações, porquê? As pessoas, muitas, tiveram de ficar alojadas fora de casa, com a segurança social a custear em pensões e noutros sítios, e tinha de ser dado andamento a essas casas que eram prioritárias. Outra situação era a de uma segunda habitação, em que havia um morador que estava aqui, por exemplo, em Lisboa, que ia lá todos os meses, tinha lá a casa, mas vivia essencialmente aqui e não ficava na rua, como se costuma dizer.

Eram prioritárias as primeiras habitações e fez-se essa triagem, para se dar seguimento a isso. Foi assim que as coisas foram levantadas, sempre com a informação — e eu também dei essa informação a muita gente — de que, para já, eram essas, as primeiras, e que quanto às segundas ainda não tínhamos o *OK* final, mas a perspectiva era a de também arranjar as segundas. E isto foi andando, nomeadamente em reuniões, com muita frequência, com membros do Governo, da CCDR. Se calhar, naquela zona, tínhamos duas

reuniões por semana com membros do Governo. O apoio foi total e não podemos dizer que ficámos desprezados, muito pelo contrário. Eu até dizia muitas vezes que a pressão, a nível do trabalho, já ia para além do que era humanamente aceitável, tais eram as situações a que tínhamos de dar andamento, senão perdíamos o *timing* necessário para isso.

As segundas ficaram... Só que, depois, notei que a avaliação para as primeiras habitações, porque no meu concelho, por exemplo, era relativamente baixa, mas em Pedrógão... Estávamos a falar em cerca de 25 a 30 milhões de euros só para as primeiras. Isto porque foi feito o levantamento das situações e notei que os governantes, nomeadamente o Ministro das Infraestruturas, e a CCDR, se calhar não estavam à espera de que, no fim de quantificado, o valor fosse tão alto. *OK*, sim senhor, foi-se por ali, pelas primeiras, dizendo sempre às pessoas: «Na segunda habitação vamos com calma, o Governo há de dizer alguma coisa sobre isso».

No entanto, não é fácil as pessoas estarem à espera e eu debati-me com algumas situações. Por exemplo, com o telhado de uma segunda habitação, uma pessoa chegava-me ao gabinete e dizia: «Sr. Presidente, chove-me lá dentro e eu não posso deixar, porque tenho lá as coisas. Como é que é?». Qual era a perspetiva do Presidente da Câmara, tecnicamente informado? Era dizer: «Sim, senhor, vamos emprestar-lhe uma lona ou vamos cobrir aquilo. Não podemos arranjar, logicamente, porque não está nas primeiras, mas vamos arranjar uma lona para não entrar a água e os seus bens não se estragarem». Claro que isto não durava toda a vida! Uma vez que não veio o apoio, a pessoa teve de partir para a recuperação, porque senão estragava os bens. Vejam que, às vezes, o presidente da Câmara e a estrutura também se confrontam com estas situações.

No entanto, as primeiras avançaram e começaram as obras, pelo valor. Passados quatro meses, quando se deu o incêndio de 15 de outubro, que foi muito idêntico ao nosso, os valores foram dez vezes mais e notei

perfeitamente — isto foi uma conclusão minha, pessoal, não quer dizer que corresponda à verdade, longe disso — que o discurso em relação às segundas foi de «sim, vai aparecer qualquer coisa». E apareceu! Apareceu. Verdade seja dita, mais uma vez, o Governo cumpriu, só que imputou aos municípios o custo dessa colaboração nas segundas habitações.

Quando cheguei à Câmara Municipal, vai fazer sete anos, o meu município tinha uma dívida que, para a sua dimensão... esteve a braços com um saneamento financeiro durante seis anos, que foi debelado agora, e só para a banca era 1 milhão de euros por ano. Isto é significativo. Podem pensar que é pouco, mas num orçamento de 10 milhões, em que só para salários e custos com encargos bancários iam 60%, sobravam 40% para as despesas fixas, como gasóleo e outras coisas, manutenção e investimento.

Estão a ver o que era partir para um apoio às segundas habitações, quando o município não tinha sequer a possibilidade de manter o que tinha?! E o Governo cumpriu. Veio esse plano, esse financiamento, com a ida à banca, só que, após regulamento, dependia de as câmaras definirem qual a percentagem que cada uma estava na disponibilidade de gastar, até ao valor X, nas segundas.

Particularmente, falei com alguns de segunda habitação, no concelho de Figueiró dos Vinhos, e quando lhes dizia «olhe, de um valor de 50 000 €, se calhar não posso ir mais do que 10% ou 20%», as pessoas pura e simplesmente desligavam-se. E porquê? Porque pensavam que ainda tinham o apoio da totalidade, como nas primeiras habitações. Era essa a ânsia, era esse o objetivo e então desligavam-se. E eu explicava: «Da parte da Câmara, não tenho possibilidade de fazer isso. Quanto ao que está estipulado em termos do poder central, temos possibilidade de apoiar mas tem de ser a Câmara a custear». A partir daí, não foi necessário partir para um regulamento porque não havia interessados. Eu não ia fazer um regulamento e dizer que depois íamos decidir. Não! Disse logo as linhas com que nos

podíamos coser e balizei logo os apoios que podia dar, até para as pessoas terem noção do investimento a fazer. Não houve necessidade, até porque os casos são poucos e as pessoas desistiram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao REVITA, penso que era claro, e concordará comigo, que não excluía as segundas habitações, priorizava-as. Priorizando-as, teria um conjunto de critérios e, *a priori*, deveria ter sido aprovada e publicada uma lista ordenada dessas prioridades merecedoras de apoios, até para depois, se mais tarde houvesse cabimento, as segundas habitações os merecerem.

Pergunto-lhe se, enquanto presidente, nunca questionou o Conselho de Gestão quanto ao porquê de isto nunca ter sido feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, se calhar não concordo consigo no aspeto de não ter sido feito. A CCDR tem tudo, a listagem das primeiras e das segundas. Tem tudo calendarizado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — O que me refiro é a uma listagem ordenada das prioridades.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Isso... Tenho as primeiras e segundas, mas já não digo que esteja assim por prioridades, porque isso carece de um levantamento caso a caso. Todas identificadas estão, mas, sinceramente, também não posso dizer que, para além disso, a

CCDR tenha esse trabalho feito, pois isso já não sei. Que as tem identificadas, tem, agora, por prioridades... Nós, e possivelmente os outros municípios também, demos toda a informação, quer a nível de apoios, quer a nível das construções no concelho de Figueiró dos Vinhos, de uma forma muito sucinta, especificamente para o Tribunal de Contas, a DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), o Ministério Público, a Judiciária... até à imprensa, sem os nomes, demos tudo. No *site* do concelho de Figueiró dos Vinhos estão todos os apoios, tudo transparente, podem consultar.

Sei que esta Comissão já pediu que também lhe fizéssemos chegar essa informação e já dei indicações aos técnicos para que ela chegue dentro do prazo. Porém, se os municípios não a derem ou se o meu falhar, com certeza que a CCDR a dará, mais à-vontade até do que nós, porque compilava tudo. A CCDR tem lá tudo, meu e dos outros, e poderá ajudar para tentarem chegar a algum consenso ou, pelo menos, colmatar melhor as situações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Geralmente, quando se definem critérios é para priorizar, para colocar os candidatos por uma ordenação e, depois, ver quais são os que merecem ou não merecem apoios. Do que percebi, daquilo que o Sr. Presidente nos disse, havia poucos interessados num regulamento da autarquia que fosse criado/aprovado no âmbito do que a Lei do Orçamento do Estado previu para as segundas habitações, poucos interessados esses que se desinteressaram e por isso o município não aprovou este regulamento. É isto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para esclarecer.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sim, acho que a identificação das segundas habitações estava toda feita. Se calhar, a CCDR não avançou porque não haveria luz branca para as apoiar, senão fariam esse trabalho *a posteriori*. Agora, da nossa parte, da parte de Figueiró dos Vinhos, tornámos público os apoios no *site* e as pessoas que estavam interessadas foram lá. Isto para quê? Só não fiz o regulamento porque não tinha casos e ficava deserto. Tínhamos elencado todas as segundas habitações e entrámos em contacto com essas pessoas no sentido de conversar sobre a possibilidade de virem a reconstruir, para avançarmos, mas não tivemos nenhum caso.

Houve contactos. Uns falaram comigo, outros falaram com os técnicos no sentido de saberem «estou interessado, como é que é?» e houve troca de impressões. Eram poucos os casos e não ficaram interessados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para concluir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

De uma forma muito rápida, não tendo aprovado o regulamento e tendo o seu município as dificuldades financeiras que referiu, não considera injusto que tenha cabido aos municípios apoiar a recuperação das segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, claramente que considero injusto, porque que culpa tem um morador de estar em Figueiró dos Vinhos e não, por exemplo, no concelho de Pedrógão? Em abono da verdade, o concelho de Pedrógão estava financeiramente melhor e sem qualquer dificuldade em relação ao de Figueiró dos Vinhos. Que culpa tem o munícipe de que a gestão anterior, ou a minha, tenha sido menos boa

para agora ser penalizado? Acho que isto criou injustiças, como é lógico. Uma pessoa vai ser penalizada pelo facto de viver em Figueiró dos Vinhos e de o município ter uma grande deficiência financeira, e acho que isso não faz sentido.

Deveria ter havido um trabalho diferente, que não penalizasse as pessoas — porque foram penalizadas! — nem as segundas habitações em todo o território, não só para Figueiró, Castanheira e Pedrógão, mas também para Sertã e Pampilhosa da Serra. A título de curiosidade, só para verem, Pampilhosa da Serra tem em Lisboa uma comunidade que é o dobro da que reside lá durante o ano e se cortam este elo de ligação com a terra natal, enquanto lá iam uma, duas ou três vezes durante o ano, acabam por não ir. Acho que era extremamente importante recuperar as segundas habitações e justiça seja feita ao, então e atual, Presidente José Brito, porque muitas vezes o ouvi a reivindicar isso junto do Governo, de uma forma bastante vincada, pois sabia da importância capital que tem para o território dele.

O Sr. Deputado perguntou — e bem! — se concordo e se acho que foi bem feito. Não, de forma alguma. Se passasse por mim ou se eu tivesse de tomar decisões, com certeza não era esse o caminho que seguíamos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Assim termina a primeira ronda do Grupo Parlamentar do PSD.

Passamos ao Grupo Parlamentar do PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Gouveia.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Rios, Caras Colegas Deputadas e Deputados, elementos dos serviços de apoio à atividade parlamentar e, porque os últimos são os primeiros, cumprimento, naturalmente, o nosso ilustre convidado,

anterior e atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o nosso amigo Jorge Abreu.

Permitam-me que, como aliás tem sido hábito em audições anteriores no âmbito destes trabalhos, antes de passar ao conjunto de questões propriamente ditas, na prática, ao conjunto de pedidos de esclarecimento, e porque do nosso ponto de vista isto deve ser enfatizado, faça aqui duas notas de enquadramento de natureza introdutória e ainda uma consideração prévia.

Importará não perder de vista que a constituição desta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar teve a ver com uma iniciativa de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que requereram a sua constituição obrigatória. É este o ponto de partida.

Importa dizer ainda que, após a aprovação da sua constituição, esta Comissão tem um objetivo muito claro, que é o de apreciar ou de procurar apreciar a atuação do XXI Governo Constitucional, o anterior, no que toca ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios, das catástrofes de 2017, designadamente apoios para a recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos públicos e de equipamentos privados e ainda para aquilo que vulgarmente se denomina como a reposição do potencial produtivo de cada concelho ou, se quisermos, da sub-região.

A consideração prévia prende-se com o facto de que num qualquer inquérito parlamentar que tem, naturalmente, incidência social e territorial, a presença de autarcas municipais e/ou de freguesia, independentemente da origem da indicação, só pode constituir sempre uma mais-valia. Sei por experiência própria que ninguém melhor do que um autarca conhece a realidade social, a realidade de toda a área que está sob a sua administração, porque, em bom rigor, um autarca é alguém que tem de decidir mas com um profundo conhecimento daquilo que o leva a decidir. Portanto, numa comissão de inquérito, não envolver os autarcas era dar um contributo ao acréscimo de dificuldade para se apurar a verdade possível.



Assim, consideramos importante que sejam sempre feitas estas notas de enquadramento de natureza introdutória e este tipo de consideração prévia quando o depoente, como é o caso, é um autarca.

Depois, em matéria de questões propriamente ditas, importará referir o seguinte: é evidente que há um conjunto de questões que já foram colocadas, há outras até que, de alguma forma, se sobrepõem, mas o que importa é que as promovamos, ainda que por vezes com uma certa sobreposição, sempre numa perspetiva de clarificação. Ninguém está aqui a inquirir o que quer que seja. Estamos, numa ambiência de saudável responsabilidade, a procurar trocar impressões e informações que nos permitam clarificar dúvidas que eventualmente subsistam, até porque a atividade política, em particular, faz-se com credibilidade. Para credibilizar não podemos deixar que, em circunstância alguma, perpassse a ideia de que parece que receamos a verdade. Não! Acima de tudo, temos de procurar nunca branquear. Pelo contrário, temos de procurar colaborar.

Não fui tão breve quanto gostaria, mas a verdade é que, quanto à audição propriamente dita, nunca é demais procurar que nos façam uma descrição. Caro amigo Jorge Abreu, ilustre atual e ex-Presidente, não quero que reviva a situação, mas é capaz de nos dizer como era a ambiência, o quadro físico-social nos momentos logo após a catástrofe? Pode dizer-nos como estavam as populações, no seu concelho e nos concelhos vizinhos, com toda aquela ambiência de profunda tristeza e de gravíssimos prejuízos de todas e mais algumas naturezas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado João Gouveia, sobre o ambiente que se viveu naquele dia... Particularmente, estive envolvido, como é lógico. Poderia não ter estado no concelho, mas felizmente estava lá, acompanhei na hora. Foi um cenário muito complicado para voltar a falar nele. Estamos a falar de um cenário sem comunicações, de 43º/44º à noite, às 22 horas, com ventos fortíssimos. No centro da vila não se conseguia andar de carro. Eu e os vereadores, em conjunto com a GNR, fizemos o transporte de pessoas com dificuldades em casa, que não conseguiam regressar às aldeias porque o fogo não deixava, e não se conseguia ver nada na vila... O fumo, conforme se ligavam os faróis, não permitia ver mais do que 10 m à frente, e estamos a falar no centro da vila. Para perceberem, eu olhava em redor para o ambiente no centro da vila e via tudo vermelho à volta. Pensava assim: «Está o concelho todo a arder». Não havia hipótese, não havia fuga disso!

Pelas 21 horas e 30 minutos, no Quartel dos Bombeiros, disseram-me que havia «14 ou 15 mortos... e mais». Sou muito sincero, como havia muitas aldeias isoladas onde os bombeiros não conseguiam entrar e como naquelas de onde conseguiam telefonar através da rede Vodafone ainda iam pedindo socorro, pensei logo que fosse nalguma aldeia e perguntei: «Qual foi a aldeia onde se deu a catástrofe?». Nunca na vida pensei que tinha sido numa estrada, muito sinceramente. Disseram-me então que tinha sido na estrada que liga Figueiró a Castanheira, a 236-1, e que havia muitos mais mortos.

A partir dali, foi toda a noite na recuperação de pessoas, etc., no apoio e, nos dias a seguir, foi um ambiente muito, muito, muito complicado, porque não havia ninguém que não tivesse um caso para relatar. E já não falo nas vítimas, porque Figueiró dos Vinhos teve duas vítimas. Duas são duas, se fosse uma era uma, mas, comparando com os outros municípios... houve um casal que sucumbiu e as causas da morte foram a temperatura, o calor e a inalação de fumo.

Todas as pessoas tinham um episódio para contar, ou porque não conseguiram chegar a casa, ou porque os filhos estavam longe. Ou seja, foi um ambiente muito complicado, em termos psíquicos e de acompanhamento. Esse acompanhamento foi feito nos dias a seguir, verdade e justiça seja feita quer à segurança social, quer aos vários departamentos e organismos dos ministérios permanentemente no território, que nos deram uma ajuda bastante significativa, sem dúvida. Mas que foi um acontecimento que nos vai deixar marcas para o resto da vida, foi. Só quem passou por aquela situação sabe que isto não teve nada que ver com incêndios normais, nada... Só quem lá esteve! Com a idade que tenho, já assisti a muitos incêndios... Não sou bombeiro e não participava no combate, mas assisti a muitos incêndios e uma coisa não tem nada que ver com a outra.

Foi engraçado, porque o que se fazia sentir e nos ia chegando, às vezes, era que em Figueiró dos Vinhos, Castanheira e Pedrógão os bombeiros eram incompetentes, que as câmaras que não estavam devidamente apetrechadas, uns porque não tinham as faixas, outros porque não tinham os planos, etc. Quando dizíamos que tinha sido um incêndio totalmente diferente, com alterações climatéricas que não tinham nada que ver com o que era normal, as pessoas não davam grande importância. Certo é que, passados quatro meses, a 15 de outubro, houve a mesma situação... Aliás, havia a situação de dizerem que em Figueiró dos Vinhos e na nossa região foi por causa das plantações de eucalipto, mas quando ardeu o Pinhal de Leiria deixaram de falar no eucalipto, porque aquilo é só pinhal e também ardeu. Aí deixaram de ter aquele estigma contra o eucalipto, porque o pinhal também ardeu. E o incêndio de 15 de outubro também foi, conforme já disse, 10 vezes superior em área e prejuízos, ainda que, felizmente, com 44 ou 42 vítimas, não posso precisar. E que este felizmente não seja mal-interpretado, porque foram menos, mas se fosse zero era o que todos pedíamos.

Então, perguntei muitas vezes: ali também são todos incompetentes? As câmaras todas são incompetentes? É a nível da chefia, em termos de coordenação distrital de bombeiros? Os bombeiros também são todos incompetentes? Aí já se começaram a inclinar um pouco mais, nos pareceres... Mesmo quem fez os levantamentos, como a Comissão Independente da Assembleia da República, como o Prof. Xavier Viegas, em termos de interpretação do que aconteceu, já se começou a notar um não fechar das janelas todas e a deixar-se uma janela aberta para as alterações climatéricas.

Isto, quer queiramos quer não, e respondendo ao Sr. Deputado João Gouveia, foi uma situação muito complicada e vai-nos deixar marcas a todos, a quem viveu aquilo, para o resto da vida, sem dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, como deve imaginar, a colocação da questão anterior não pretendeu, de alguma forma, rememorar ou fazê-lo sentir, de novo, uma ambiência inimaginável, mas foi exatamente para preparar a compreensão da pergunta que lhe vou colocar agora. Nesse quadro de natureza absolutamente excepcional, perguntar-lhe-ia em que condições de natureza operacional foram feitos os levantamentos e os mapeamentos dos prejuízos, das mortes. Foi já com procedimentos, apesar de tudo, normalizados? Ou foram feitos ainda de uma forma voluntarista, mas não regrada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Deputado João Gouveia, não interpretei isso como fazer reviver, mas para nós — para mim, particularmente — é de elementar justiça fazê-lo e recordar, porque não é para esquecer. Mais que não seja, para nos obrigar a trabalhar no sentido de evitar que voltemos a passar pelo mesmo.

Na altura, verdade seja dita, quer da parte de instituições, quer da parte dos serviços municipalizados, dos próprios trabalhadores e de voluntários, a colaboração foi total. Conforme disse, dos organismos do Estado e das instituições, o apoio foi total, com muito voluntariado. A solidariedade dos portugueses foi inúmera, sem dúvida. E, justiça seja feita, mesmo os funcionários da Câmara, em relação a quem às vezes há o estigma de que são funcionários públicos e têm um horário a cumprir... Longe disso, foi uma preocupação que não tiveram. Era tudo para ajudar e não me posso queixar.

Sr. Deputado, se me perguntar «será que tinham regulamentos?» — como o Tribunal de Contas, mais tarde, veio a referir num relatório — ou «será que estavam preparados?», respondo: não estávamos. Sinceramente, não estávamos. Quando vejo um relatório do Tribunal de Contas a chamar a atenção de que devia haver regulamentos sobre os donativos em géneros que nos chegaram, o que digo é que quem cá esteve é que sabe o que teve de passar. Dou-lhe este exemplo: chega a Figueiró dos Vinhos um camião com fruta, da solidariedade dos portugueses, e eu tenho três ou quatro dias para a distribuir, senão corro o risco de me dizerem «olhe, infelizmente damos apoios e deixam apodrecer tudo, porque aquilo tem regulamentos». E eu digo: pois, regulamentos. Como é que se prepara isto?

Não estávamos preparados, de forma alguma. Tentámos fazê-lo dentro da nossa proatividade, do nosso bom senso, com o maior rigor, com a maior destreza, no sentido de tentarmos ser assertivos e de reunir todas as pessoas. Não nos fechámos sozinhos, na Câmara, a trabalhar. Muito pelo contrário, envolvemos toda a sociedade.

Se me disserem que houve muita coisa que, se calhar, poderia ter sido mais bem-feita, admito perfeitamente. Com os erros aprende-se, mas, no momento, fizemos aquilo que, em consciência e com total dedicação, conseguimos fazer. Aceito perfeitamente que façam algumas críticas, mas, como compreendem, é fácil, passados dois meses... Até eu, agora, a refletir sobre o que passei na altura, se calhar tinha tido outros comportamentos ou outras orientações. É normal. É mais fácil chegar a essa conclusão *a posteriori*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, nesse quadro — que já todos percebemos como tendo sido ultra difícil, ultracomplorado —, a verdade é que, 15 dias depois, a 7 de julho, foi criado o Fundo REVITA. Portanto, de 17 a 24 de junho deu-se a catástrofe e a 7 de julho tivemos a criação do Fundo REVITA.

Na prática, ou em termos concretos, o que lhe perguntava era o seguinte: que balanço nos pode fazer do decurso e implementação do Fundo REVITA no seu concelho, designadamente, e em particular, no que toca a cerca de três dezenas de casas cuja recuperação foi apoiada? Considera que, num quadro profundamente anormal, tudo decorreu com a normalidade possível?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, na altura, e tenho de ser sincero, quando estávamos em reuniões permanentes e a começar a ser bombardeados com apoios, com tudo a chegar ao concelho, eu tinha de tomar decisões. Quando comecei a ver, nomeadamente com o apoio da CCDR, dos ministérios, de vários Ministros e Secretários de Estado, que a diretriz era para um Fundo — na altura não havia o nome, mas a que chamamos agora REVITA — consensual e transversal aos três concelhos... Não partiu da minha ideia, não fui eu que forcei isso, mas quando chegou a informação de que íamos por aí, fui de braços abertos, porque estavam a chegar-me donativos — às vezes as pessoas até o faziam particularmente, dizendo «ó Sr. Presidente, fique aqui com isto», para colaborar —, alguns que até nem vinham em nome da Câmara, e comecei a ver que tínhamos ali um problema muito sério. «Tem de haver regulamentos, porque mais tarde vamos ser questionados sobre o critério», pensei.

Quando apareceu o Fundo REVITA, para nós foi um descanso total e, nomeadamente, abrimos logo contas bancárias no sentido de direccionar os apoios. Foi por essa altura, sensivelmente, logo no início, que abrimos as contas bancárias no meu município e, no final do ano, foi transferida na totalidade para o Fundo REVITA.

Isto porquê? Para nós foi, sem dúvida, uma garantia de descanso. E descanso porquê? Porque havendo um Fundo, com um Regulamento, que ia dar seguimento a esses valores, para nós era um descanso, senão estávamos aqui hoje com a questão da atribuição dos critérios. Fazer regulamentos implica, e os Srs. Deputados sabem melhor do que eu, Câmara, Assembleia, discussão pública... Ou seja, não é estalar os dedos, como se diz, e temos o regulamento pronto. Não, e também não era fácil parar o dinheiro das pessoas, dizendo que era até novas ordens ou «estamos a preparar», porque isso não era justo quando ele fazia falta.

Em meu entender, o Fundo REVITA foi, sem dúvida, uma mais-valia naquele território. Pode — e não digo que não — ter havido problemas e nem tudo ter corrido bem. É normal que assim seja, mas se não fosse assim, Srs. Deputados, garanto-vos que tínhamos hoje graves problemas no decurso da recuperação de todo o território. Foi alguém devidamente regulamentado que tomou decisões e ajudou-nos. Sem dúvida que nos ajudou. Foi uma mais-valia e justiça seja feita a quem o elaborou, nomeadamente à segurança social e ao seu Ministério, que teve um papel fundamental. Foi a forma que o Governo verificou ser a forma mais consistente de darmos seguimento, sustentados, a tudo o que vinha aí, porque, quer queiramos, quer não, não era fácil, na altura.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, mais uma vez, fugindo daquilo que correu com anormalidade, há uma questão que importa que lhe seja colocada. Tem conhecimento ou alguma vez ouviu falar de que intervenientes nas análises de processos de apoio à recuperação — autarcas, técnicos ou qualquer tipo de colaboradores, de participantes nesses processos decisórios — pudessem ter fruído de qualquer tipo de vantagem no plano pessoal? Pergunto-lhe se ouviu falar ou se tem conhecimento de que isso possa ter acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.



Muito sinceramente, e conforme disse, no meu concelho, os técnicos iam-me facultando toda a informação e não tenho qualquer tipo de informação disso, muito menos em proveito próprio. Nomeadamente no caso das segundas habitações, fui eu próprio que disse a muitas pessoas conhecidas e com prejuízos no concelho «desculpe lá, mas as indicações, neste momento, são para as primeiras. Para as segundas, aguarde. Vamos esperar por indicações, nomeadamente do Governo. Vamos esperar». E as pessoas não ficaram agradadas, muito pelo contrário. Não é fácil dizer a alguém que tem de esperar, quando ela tem a casa a meter água do telhado, só porque não vive lá e vive em Coimbra, pois, embora vindo ali se calhar todas as semanas, a habitação não era permanente. Houve muita dificuldade.

Agora, no sentido de haver algum aproveitamento, muito sinceramente acho que não. Acho que não, porque nunca me apercebi de nada da parte de ninguém. Acho que não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente da Câmara, teve denúncias, reclamações, sobre algumas situações eventualmente irregulares?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

No meu concelho... e repito sempre isto porque também não procurava saber dos outros, nem tinha de o saber, logicamente. Se os colegas me pedissem algum conselho ou opinião, dava, com certeza, mas não fazia juízos do outro lado nem me inteirava. No entanto, o que houve no meu

concelho foi, às vezes, falta de esclarecimento das pessoas, não eram propriamente reclamações. «Porque é que o meu vizinho tem aquilo e eu não tenho?», perguntavam. Depois esclarecia-se com o Regulamento: «Olhe o seu vizinho é por isto...», dizia.

O caso das famílias numerosas, por exemplo... Não sei se houve no meu concelho, mas houve noutros. Por exemplo, numa casa que ardeu e em que vivia o agregado familiar, a segurança social chegava à conclusão que eram oito pessoas para dois quartos e dizia — e bem! — que, ao estar a mexer, não vamos estar a fazer dois quartos quando as pessoas do agregado familiar viviam com dificuldade. Claro! E o Conselho de Gestão, e tudo isso, acabava por... Com um projeto devidamente fundamentado, quando o terreno dava, com a implantação devidamente feita, *OK!* E depois, às vezes, o vizinho perguntava porque é que aquilo se passava. Mas era tudo feito devidamente... No meu concelho, às vezes, era a questão de informar as pessoas e eu próprio ia informar e dava a cara, justificando o que se estava a passar, porque quando isso era justificado as pessoas acalmavam-se. Não tive, propriamente, nenhuma reclamação de alguma ilegalidade. Não, longe disso, no concelho, não. Quanto a esclarecimentos, tudo bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, depois destas questões, que, como deve imaginar, não causam qualquer tipo de gosto a quem quer que as formule mas não podem deixar de ser colocadas, faço-lhe uma questão diferente. Após um célere relatório-síntese da CCDR na sequência dos levantamentos feitos, o Governo aprovou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2017, de 12 de julho — também tudo muito célere —, na prática, definindo

um conjunto de apoios de natureza setorial, quase que ministério a ministério.

Poder-nos-á dar nota do impacto social que essa Resolução veio a ter, enfim, na prestação de um conjunto de apoios complementares, para além do programa REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, só para me orientar ou elucidar um pouco mais, pergunto-lhe a que tipo de apoios se está a referir, porque não consegui lá chegar.

O Sr. **Presidente**: — Pode esclarecer, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Referi-me à Resolução do Conselho de Ministros, logo após o levantamento da CCDR Centro, em que foi definido um conjunto de apoios a recuperações, que não apenas os consignados no programa REVITA, e que tiveram, ministério a ministério, um impacto social significativo. Mas estava a querer ouvir a sua opinião sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sim, sem dúvida. Houve, depois, a necessidade, nomeadamente a nível do Ministério da Agricultura e também da segurança social, de tentarem ser assertivos, porque o Fundo REVITA também não abrangia todas as situações, ficava a meio. Fora do Fundo REVITA, houve necessidade de se ser assertivo em função das situações, claro, sempre direccionado pelos ministérios, com particular destaque para a segurança social, para o Ministério da Agricultura, sem

dúvida, e também para o Ministério do Ambiente. Ou seja, foi uma mais-valia. Em abono da verdade, o Estado, o poder central, tudo fez para nos apoiar de uma forma legal.

Muito sinceramente, qualquer reivindicação que fazíamos, como autarcas, junto dos ministros ou dos secretários de Estado, era-nos sempre dada uma sequência. Não quer dizer que fosse sempre aceite ou conforme reivindicávamos, mas davam-nos a perspectiva de que iam estudar o assunto ou de que iam analisar e tudo era devidamente... Porquê? Porque estávamos todos em sintonia: nós fazíamos chegar as dificuldades e, do outro lado, do poder central e dos ministérios, também queriam resolver as situações. Era nossa obrigação fazer chegar as necessidades para do outro lado poderem trabalhar em conformidade.

Sem dúvida, em meu entender, acho que o trabalho foi profícuo e que se fez um excelente trabalho a esse nível, minimizando-se assim o impacto negativo que as pessoas poderiam vir a ter a vários níveis.

O Sr. **Presidente**: — Com esta resposta, termina a intervenção do Sr. Deputado João Gouveia do Partido Socialista.

Passo a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar os presentes e quem nos acompanha, de alguma maneira, os serviços e, principalmente, quero agradecer a presença do Sr. Jorge Abreu, na qualidade de atual Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos e, também, de Presidente da Câmara à data dos factos, que mais uma vez nos trazem aqui para refletir sobre os trágicos acontecimentos de 2017.

Não tendo o Bloco de Esquerda sido muito favorável à existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito — porque entendemos que, para além da questão dos apoios, que é o objetivo da sua existência, naquilo que foi apresentado, se calhar seria mais interessante discutir aqui as causas, o combate e até as formas de evitar que terríveis acontecimentos como este se repitam —, estamos aqui e compete-nos, de facto, tentar esclarecer e perceber um pouco melhor como este processo aconteceu.

Como já foi muito bem dito, foi certamente um momento traumático para quem o viveu mais de perto, mas também para todo o País. Foi um momento de choque e de confronto com uma tragédia, como se calhar muitos portugueses não se recordavam, que trouxe ao de cima essa vontade de solidariedade, de apoio, com que todos tentámos diminuir a tragédia que acontecia.

Não conseguimos voltar atrás, mas compete-nos também — e por isso estamos aqui, quer enquanto decisores políticos, quer enquanto legisladores —, refletir sobre estes processos numa perspetiva de os poder melhorar e afinar, fazendo com que esta situação nunca mais se volte a repetir desta maneira e preparando melhor o País para situações semelhantes.

Assim, gostava de deixar algumas perguntas, sendo que muitas das questões mais evidentes e mais imediatas já foram abordadas pelos Deputados que colocaram questões antes do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Olhando para o que aconteceu, só para esclarecer, parece que a situação, em Figueiró dos Vinhos, correu efetivamente bastante bem e até o facto de o senhor ser o Presidente na altura e de continuar a sê-lo é sinal disso. No seu ponto de vista, por que razão as coisas correram tão bem em Figueiró dos Vinhos, quando isso não aconteceu em outros municípios? Terá sido uma questão de conhecimento, de contacto, de proximidade com a realidade? Ou,

de facto, existiam regras suficientemente claras e foi feito um processo suficientemente correto para que esse fosse o seu desenlace natural?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, sobre o facto de, também em meu entender, ter corrido muito bem, dentro do contexto, há uma particularidade e, em abono da verdade e da justiça, tenho de ser sincero. Quanto ao município de Figueiró dos Vinhos, em relação aos municípios de Castanheira de Pera e de Pedrogão Grande, a nível de recursos humanos, já aqui me lamentei que os encargos bancários e de abatimento de dívidas de saneamento financeiro e de salários representam 60% do orçamento, mas não considero isto uma despesa. Considero isso um investimento e verificou-se aqui. Porquê? Porque o conjunto de técnicos que Figueiró dos Vinhos tem, a vários níveis, permitiu-nos fazer um trabalho extremamente assertivo.

Não é o Presidente da Câmara que tem valor, porque limito-me a tomar decisões perante o que me chega. É mais fácil, quando temos de tomar decisões, termos vários pontos de vista. Quando ninguém me coloca um ponto de vista, sou eu quem tem de decidir e, possivelmente, não é o melhor caminho. Esses técnicos de Figueiró dos Vinhos têm de ser louvados, não só como funcionários públicos, no cumprimento do seu horário, mas para além do seu horário normal, mas com dedicação total a todos os níveis. Não estou só a falar de técnicos superiores, estou a falar de outros técnicos como os de recolha de resíduos sólidos, que estavam permanentemente a fazer trabalho para além do que estava estipulado. Isto permitiu-nos fazer um trabalho que considero excelente.

No entanto, também tive o cuidado de nunca os deixar sem decisões, sem suporte. O pior que pode acontecer a um técnico é querer decidir e ninguém lhe dar cobertura. Não, eles sabiam perfeitamente que bastava um simples telefonema ou um contacto e a decisão era tomada. A responsabilidade era minha, corresse bem ou corresse mal, até para os salvar, porque, por vezes, havia decisões que tinham de ser tomadas já ao nível do presidente e dos vereadores.

Mas o facto de ter corrido bem tem que ver com a quantidade de técnicos, também superiores, e, em abono da verdade — e desculpem-me por estar a repeti-lo —, o certo é que entre Pedrogão Grande e Figueiró dos Vinhos a dimensão da catástrofe foi totalmente diferente, para o mal deles. Ou seja, o que nos aconteceu não tem paralelismo em relação ao que aconteceu em Pedrogão Grande e em Castanheira de Pera, mas uma coisa é ter de dois ou três casos para tratar e outra é ter 30 para decidir. Como tal, isso também fez a diferença.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Portanto, do que me disse, deduzo que não foi uma questão de enquadramento legal ou de existência de normativos.

Apesar de haver até alguma proximidade funcional entre os municípios, nomeadamente a nível da empresa intermunicipal de ambiente, em que haverá algumas parcerias, o que terá levado esses municípios a não terem esse tipo de recursos humanos? Sabendo nós que as políticas de desinvestimento em serviços públicos são gerais e afetam particularmente as regiões do interior, por que razão há essa diferença tão significativa entre os municípios relativamente aos recursos humanos e à sua qualificação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o facto de ter os recursos que tenho no município de Figueiró dos Vinhos não o devo a mim. Foi-me vantajoso, mas devo-o aos meus antecessores, que lá os deixaram. Justiça lhes seja feita! Quando, por um lado, digo que tenho uma despesa muito grande com salários, por outro, quando as coisas correm para o meu lado, não posso dizer «sim senhora, agora já me interessa».

Em Pedrogão Grande e em Castanheira de Pera, os antecessores dos presidentes que lá estão... Logicamente, são as políticas desenvolvidas, com o rigor e a gestão, porque uma coisa é estarmos a falar de uma situação de catástrofe, de que ninguém estava à espera e que ninguém podia prever para preparar os recursos humanos. No entanto, pelo facto de ter bastantes recursos humanos, tive vantagem. Também não penalizo os colegas nem os municípios de Castanheira de Pera e de Pedrogão Grande. Compreendo perfeitamente a situação deles, pois foram os antecessores que deixaram aquela situação, mas os antecessores também não devem ser penalizados, porque ninguém estava à espera que isto viesse a acontecer, como é lógico.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Já foi aqui referido, nas declarações que prestou, que, olhando para trás, haveria algumas coisas a alterar e, inclusivamente, deixou a sugestão de uma alteração relativamente à pessoa que deveria representar o município no Conselho de Gestão. Gostava de aproveitar para lhe perguntar, fazendo essa avaliação retrospectiva, se podia dar-nos mais algumas pistas de aspetos que



mudaria ou, mesmo que não estivesse propriamente na sua mão mudá-los, de aspetos que nós, legisladores, pudéssemos mudar para contribuir para uma maior eficiência do processo de atribuição de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Quando referi o facto de um representante dos municípios ter assento no Conselho de Gestão, sendo o Presidente, não quis dizer que os presidentes ou nós fugimos à responsabilidade. O que quis dizer foi que, a bem da transparência, num processo destes, complexo e inovador, ou seja, de que ninguém estava à espera, em que ninguém estava preparado e em que não havia regulamentação — conforme o Relatório do Tribunal de Contas refere com frequência, a todos os níveis —, o facto de nós, com a responsabilidade que temos, podermos estar mas não termos a totalidade do poder de decisão dá-nos algumas garantias de isenção, alguma transparência.

Quer queiramos quer não, ninguém decide tudo bem e, em muitas decisões, há sempre coisas que não estão na perfeição e evitar-se-ia isso mesmo. Ou seja, sabemos perfeitamente, a nível dos média, da pressão que sofremos e os Srs. Deputados, com certeza, têm conhecimento dessa situação. Por vezes queríamos trabalhar mas éramos confrontados, durante o dia, e se fôssemos a dar azo a isso passávamos o dia em entrevistas e reuniões, não fazíamos mais nada. Essa pressão, para quem não estava... Sou sincero, nunca me vi confrontado com uma pressão tão grande em termos dos meios informativos, mas tínhamos de prestar esses esclarecimentos, até para bem de todos nós e para defender a nossa região. Por vezes, isso deixava-nos um pouco fragilizados, porque tomávamos a decisão e depois éramos apontados. Éramos um alvo fácil! Não quer dizer que as decisões

fossem sempre mal tomadas. Não, há é sempre por onde se pode pegar e *a posteriori* é sempre mais fácil.

Com isto, só quis dizer que, se calhar, defendíamo-nos um pouco mais, a este nível, sem ter alguma componente política na decisão — que deve ter — e basear-se um pouco mais em questões técnicas. Porque havia muito de técnico, de decisões técnicas, que o poder político poderia sempre alterar, mas quando é assim, tecnicamente bem justificado, qualquer político gosta de tomar essas decisões sustentado e se for tecnicamente melhor ainda, é-nos mais fácil.

Com isto, não fugia à responsabilidade, mas achava que estávamos mais resguardados. Era só isso que queria dizer, a bem do que veio a acontecer, claro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada.

Peço desculpa se não me expliquei bem. Não questioneei o porquê da sua escolha, até porque me parece bastante acertado, de facto, colocar a técnica onde deve estar a técnica e a política onde ela deve estar, e não, muitas vezes, neste tipo de decisões.

O que lhe pedia era para me dar outro exemplo de outra sugestão de qualquer processo que, do seu ponto de vista, pudesse ser melhorado. Olhando para trás, o que é que pode ser melhorado neste processo?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

O que poderia ter sido melhorado — e agora é mais fácil falar, claro! —, não tirando valor ao REVITA e a toda a estrutura implementada, longe disso, pois acho que se fez um bom caminho... A CCDR deu um excelente apoio, até pela capacidade técnica e pelo conhecimento que tem, etc., mas, muito sinceramente, acho que o Estado devia ter tido uma postura de mais decisão, por vezes. Não me choca centralizar, quando há regulamentos e tudo, mas devia haver uma decisão mais vinculada do Estado.

Se reparar, a CCDR analisava as decisões tecnicamente e depois era o Conselho de Gestão: o Presidente do Instituto da Segurança Social, um representante das misericórdias dos três concelhos... Felizmente, tivemos a lucidez de não colocar ninguém das misericórdias dos três concelhos, porque isso poderia ferir algumas suscetibilidades. Fomos buscar uma pessoa que se disponibilizou, o Presidente da Misericórdia de Pombal, uma cidade ali perto, já numa perspetiva de ter alguém de fora, com a componente de uma maior lucidez e que não estivesse ali com algum saudosismo ou conhecimento, que pudesse tomar decisões.

Acho que se o Estado tem tido uma decisão mais vinculada no REVITA... E não quero com isto dizer que o Estado não participou ou que não tratou de tudo, só que às vezes, na decisão, devia estar mais vincado. E nós devíamos ver isso e ter o suporte do Estado em algumas decisões. É só esta a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada.

Tem sido repetidamente utilizada uma expressão, em vários depoimentos, no sentido de que este não era um incêndio normal. Passa esta ideia e foi aqui explicado, de alguma maneira, porquê.

Mais do que aquilo que fez com que este incêndio não fosse normal, interessa, penso eu, falarmos sobre se estamos melhor preparados para estas situações. O que é que mudou, desde essa altura até este momento? Por exemplo, o que é que mudou em Figueiró dos Vinhos? De que maneira é que o município de Figueiró dos Vinhos está hoje mais bem preparado para o incêndio e para as suas consequências do que estava quando isto aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem toda a razão quando diz que foi um incêndio que deixou marcas. Foi diferente dos outros todos, sem dúvida. Posso, muito sinceramente, dizer que na EN236, no espaço de mais ou menos 300 m a 400 m, sucumbiram cerca de 30 e tal pessoas.

Alguns dos Srs. Deputados não têm este conhecimento, mas a EN236-1, que liga Figueiró dos Vinhos a Castanheira de Pera, pertence aos concelhos de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, e não ao de Figueiró dos Vinhos. No entanto, é uma estrada que tem esta particularidade: ao longo da mesma há muitos entroncamentos — não são cruzamentos, são entroncamentos — e, só para se ver as características do incêndio, a falta de comunicações e a rapidez do próprio incêndio, a GNR, com a eficiência que tem, não se conseguiu preparar e ir para esses entroncamentos. Mas eu sou sincero, e até já o disse ao comandante distrital que estava na altura, felizmente que não foi assim, porque senão os militares tinham ficado naqueles entroncamentos. Não houve possibilidade. Foi tão rápido que eles não tiveram possibilidade de montar o sistema de segurança na estrada, mas foi bom porque senão tinham lá ficado, dada a velocidade com que o

incêndio passou naquela zona e as suas características. Não há paralelismo, são completamente ímpares.

O certo é que quando se pergunta se estamos mais bem preparados... Muito sinceramente, no concelho de Figueiró dos Vinhos, e acho que os meus colegas também, tudo estamos a fazer para estarmos mais bem preparados. E estamos, com certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada, posso garantir-lho. O que não lhe posso garantir é que, atendendo às alterações climáticas, não se possa passar uma situação dessas. Isso já não está nas nossas mãos, mas, quanto à preparação e a todos os meios, isto está, com certeza.

A nível das limpezas e das faixas de combustão, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, que é tão conhecido, Figueiró dos Vinhos tinha também o Plano Municipal de Defesa da Floresta aprovado. O que está calendarizado neste Plano é a limpeza de uma freguesia por ano, sendo que de quatro em quatro anos dá a volta. Logicamente, pelas juntas e pela Câmara, tínhamos variadíssimas pessoas a trabalhar nessa área e tínhamos as coisas minimamente tratadas, para não dizer que estava tudo perfeito.

O certo é que não há faixas, não há nada... Quando a gente via o fogo a saltar de um lado para o outro, tipo bolas de fogo, a 500 m e a 1000 m de projeção, quando atravessava a A13, quando atravessava o rio e a faixa de combustão é de 10 m, era uma realidade totalmente diferente.

Se estamos mais bem preparados, estamos, sim senhor, até a nível do quadro de bombeiros, de apetrechamento, de tudo isso. A nível da formação, mesmo no quadro dos bombeiros, tudo bem. Só que as próprias aldeias...

Se repararem, houve uma condição essencial para o incêndio de 15 de outubro não ter tantas vítimas. Sabem qual foi essa condição? É que as pessoas de Coimbra a Oliveira do Hospital aprenderam com os erros de cá de baixo. E quais foram esses erros? Foi as pessoas saírem de casa, pegaram nos carros para fugir, abandonarem as habitações e ficarem na estrada. Lá em cima, os meus colegas de outras autarquias, de outros concelhos,

disseram-me: «As pessoas, como sabiam o que tinha acontecido cá em baixo, o que é que fizeram? Ficaram em casa». Foi o melhor, porque se muitos dos que sucumbiram na EN236 têm ficado em casa estavam perfeitamente. Houve gente, famílias de oito pessoas que estavam para jantar, por volta das 20 horas, que, ao verem a dimensão do fogo, assustaram-se, pegaram nos dois carros, saíram e sucumbiram na EN236. Deixaram uma janela aberta. Sabem como é que estava a casa no outro dia? Com muita cinza, mas não ardeu. Só tinha cinza lá dentro que entrou pela janela. Se têm ficado... E porquê? Porque era assustador! As pessoas, mesmo em casa, assustaram-se e saíram para fugir da situação, não sabendo o que iam encontrar.

Em 15 de outubro, sabendo disso pela informação que lhes foi chegando através dos *media*, das televisões e da rádio, as pessoas aprenderam e muitas delas já não saíram. Fecharam-se em casa e regaram o quintal com uma mangueira, que é o suficiente para não deixar o fogo avançar. Isso foi resultado da aprendizagem que as pessoas tiveram, o que também foi uma característica importante.

Respondendo objetivamente à sua pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em Figueiró dos Vinhos estamos, mas não posso garantir a segurança total, porque não está nas minhas mãos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo novamente a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Fugindo um bocadinho ao âmbito estrito da nossa Comissão de Inquérito, falou nas questões das alterações climáticas e, para além de todas estas melhorias que o município de Figueiró dos Vinhos — e, certamente, também outros municípios — está a implementar, penso que se não houver também um combate mais global às alterações climáticas e uma preparação

da floresta para reagir a essas alterações, não só será muito difícil evitar que incêndios terríveis como este aconteçam como também conseguir que a resposta no terreno seja outra, por muitos meios e por muita preparação que eventualmente existam.

Portanto, gostava de lhe perguntar, em termos de reflorestação e de ordenamento florestal, o que é que está a ser feito para que esta situação não possa voltar a acontecer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem toda a razão. Sem dúvida, um «calcanhar de Aquiles» que temos, não só naquela região, mas no País todo, é o reordenamento da floresta, a preparação da floresta, quer queiramos, quer não. É crucial que isso venha a ser feito e não é fácil.

O Estado avançou — e bem! — pelo registo, pelo cadastro das propriedades. Grande parte das propriedades... Há quem diga, embora sem isso estar sustentado, que, se calhar, no fim do cadastro, 20% das propriedades não têm identificação de pessoas, não são de ninguém. Cifra-se mais ou menos nisso. Veja a complexidade que é avançar para o emparcelamento ou para outras situações. Os Srs. Deputados são quem poderá fazer isso e, com certeza têm essa noção, a nível legislativo tudo se pode resolver. Mas isto só para dizer da complexidade desta situação.

O Estado — e bem! —, em defesa do que está a fazer, criou a empresa FlorestGal com esse propósito. A sede nacional até é em Figueiró dos Vinhos, no âmbito desta descentralização para o interior, e está a trabalhar nesse propósito.

Que é complexo, é. Que é crucial, é, sem dúvida. Quer queiramos, quer não, este reordenamento da floresta deve-se também... Não é por acaso que se diz que as alterações climatéricas estiveram na origem do incêndio, mas o êxodo da população daquela região para o litoral também teve um papel fundamental. Pela nossa idade, embora haja uns mais novos, todos nos lembramos das populações que tinham o seu quintal, que iam tratando e zelando pelas suas propriedades. Hoje, como a propriedade não dá rendimento, as pessoas não se dedicam a isso e não se pode pedir a um idoso com uma reforma de 400 €, quando os filhos já estão a orientar a vida na capital ou noutra parte, que compre os medicamentos, que se alimente, que pague a água, que pague a luz e ainda que vá tratar da floresta. É completamente impossível. Ou se cria um rendimento próprio da floresta que justifique investimento ou, então, temos um problema, porque, em abono da verdade, as câmaras também não podem chegar a todo o lado. Não temos essa capacidade nem esse propósito.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é uma situação que nos deve preocupar a todos, mas é transversal ao País, nomeadamente ao interior.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada.

Sr. Presidente, preocupa certamente, pelo menos ao Bloco de Esquerda, e percebemos perfeitamente como todas estas questões são difíceis de resolver e como estão profundamente imbricadas umas nas outras. Poderíamos falar de muitos aspetos que já tocou, nomeadamente da questão das comunicações, da existência de rede a nível de todo o País, da educação das populações e da necessidade de haver preparação para essas situações. Poderíamos, por exemplo, levar isto para as escolas e para os jovens e ver



como, de facto, seria necessária uma educação com características regionais, que pudesse preparar as pessoas que estão no terreno para reagir a estas situações. Poderíamos também falar das questões do cadastro, que são essenciais, e da necessidade de uma gestão mais coordenada entre associações florestais, UGF (Unidades de Gestão Florestal), etc.

Portanto, os assuntos são muito complexos.

Para terminar, gostava só de deixar uma pergunta relativamente à sua intervenção nos processos de apuramento de responsabilidades, que já foram aqui falados, nomeadamente no processo de apuramento de responsabilidades feito pelo Tribunal de Contas e no processo que ainda está a decorrer, relativamente aos incêndios, do Ministério Público. Gostava de saber qual foi a sua participação nesses processos, se estão encerrados e se pensa que contribuíram, de alguma maneira, para trazer alguma luz à complexidade desta situação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos a falar dos processos sobre a situação da recuperação das casas, certo?! É que tenho outro processo, sobre as vítimas, e não sei... Estava a falar daquele, não é?!

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — O âmbito estrito é esse, mas, uma vez que temos abordado as coisas numa perspetiva transversal, se pudesse dar uma visão mais global, seria mais rico.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa por ter perguntado, porque há outro processo a decorrer que tem a ver com as vítimas dos incêndios, mas sobre este que pergunta, tanto quanto sabemos, por todos os dados — quer do Tribunal de Contas, quer da Judiciária e do Ministério Público —, a nossa situação é perfeitamente enquadrável e nada há a salientar. Não há qualquer anomalia, muito pelo contrário. Quanto aos esclarecimentos que demos é pacífico e, tanto quanto sei, acho que o processo está encerrado, nomeadamente quanto à avaliação do nosso caso, em Figueiró dos Vinhos. Sobre isto, nada há a salientar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Terminou a intervenção do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e passaria agora a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP, na pessoa do Sr. Deputado João Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Presidente Jorge Abreu e agradecer todos os esclarecimentos que já aqui prestou. De facto, nota-se que é alguém que teve uma participação muito empenhada no drama com que o seu município e os municípios vizinhos foram confrontados.

Sr. Presidente, já foi colocado em cima da mesa aquele que é o objeto desta Comissão e não o irei repetir. Contudo, também gostaríamos de deixar aqui um ou dois pontos prévios relativamente a esta audição, porque entendemos que, perante um presidente de câmara que se viu na contingência de ter de responder a tamanhas necessidades, ainda que o seu concelho possa ter tido menos, comparativamente com outros — mas, seja um caso ou sejam 100 ou 200 casos, é sempre muita preocupação —, tudo terá de ser feito para que se consiga responder ao nível das exigências.

Entendemos que, das audições já efetuadas, é bem notória qual tem sido a matéria suscitada por quem, potestativamente, agendou esta Comissão de Inquérito. De facto, há uma preocupação muito centrada com a recuperação das habitações, indo-se até, por vezes, a pormenores como o de se há, ou não, ilicitude em ficar com a casa com mais ou menos metro quadrado, se o telhado subiu mais um pouco ou menos um pouco e se houve algum outro aproveitamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Isso não é verdade!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Aquilo que a nós nos preocupa, mais do que tudo, é que estas vítimas não sejam transformadas em culpados. Efetivamente foram vítimas e também importa que se avalie a dimensão deste incêndio. A sua dimensão não resulta, única e exclusivamente, das condições climatéricas adversas que se verificaram naqueles dias, resulta também do abandono que houve do mundo rural, porque há problemas estruturais que não foram corrigidos e não se continuou no caminho. Esta é a avaliação que fazemos: continuou-se num caminho errado de correção estrutural daquilo que deveria ter sido.

Portanto, há responsabilidades que deveriam ser também avaliadas, porque quando temos uma situação como esta, Sr. Presidente, temos de olhar para aquilo que tínhamos e para aquilo que foi feito com os apoios que foram dados. Ou seja, temos de olhar para o antes, para o durante e para o que temos hoje e de fazer uma comparação e uma avaliação daquilo que tínhamos, daquilo que se perdeu e daquilo que foi recuperado para saber se houve ou não justiça. Esta é que é a primeira questão: não falhar com a justiça.

Defendemos que situações de corrupção, de dolo e de práticas ilegais sejam apuradas e resolvidas nos locais próprios, nomeadamente nos tribunais, que sejam julgadas e devidamente punidas, mas com julgamentos

justos e sérios. Não é vir julgar estas populações na praça pública! Revoltamo-nos contra isso e apresentamo-nos nesta Comissão sempre com esta postura de que não devemos fazer destas populações vigaristas nem querer fazer deles alguém que tenha esquemas de negócios para aproveitamentos numa situação de catástrofe.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Não damos para esse peditório e não iremos dar nunca.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Sr. Presidente, poderei continuar com a calma que é necessária?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado prossiga.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Neste sentido, o PCP irá questionar algumas matérias, começando, desde logo, pela reposição — ou restabelecimento, como agora se fala — do potencial produtivo.

O Sr. Presidente já o disse, mas, em traços gerais, para a agricultura houve três níveis de apoios: até 1053 € foi a segurança social quem deu apoio; entre os 1053 € e os 5000 €, o Fundo REVITA também participava; e depois, a partir dos 5000 €, havia apoios por parte do PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), através da medida 6.2.2, que é altamente complexa e burocrática.

Sr. Presidente, perante o cenário destas categorias, que avaliação faz dos apoios que, efetivamente, o Governo acabou por dar às vítimas no âmbito do reposicionamento do potencial produtivo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado João Dias, sem dúvida de que, a par das habitações, a agricultura suscitou muitas dúvidas e complexidade na elaboração das situações. Isto porque o Ministério da Agricultura, nomeadamente as direções regionais de agricultura, tarde conseguiu apurar regulamentação e diretrizes no sentido de serem transversais e de não haver incongruências e situações que traduzissem incómodo e falta de justiça.

A questão dos valores, com a segurança social até aos 1053 € e o Fundo REVITA até aos 5000 €, levantou grandes dificuldades por causa do aspeto burocrático de se apresentar uma candidatura ao PDR. Estamos a falar de agricultores domésticos, de subsistência, muitos deles com mais de 60 e 70 anos, já reformados, que fizeram uma vida como agricultores e assim continuam. Ou seja, são pessoas que não têm essa formação nem sequer estão preocupadas em avançar por aí. Logicamente, quando lhes disseram que até 5000 € não precisavam de nada optaram por isso, ainda que não fosse com agrado. Via-se perfeitamente nas pessoas que não ficavam agradadas, mas era como quem diz: «entre não receber nada e poder receber 4999 €, vou por aí».

Isto criou algumas injustiças porque, acima dos 5000 €, podia haver pessoas com um prejuízo de 5100 €, que só perdiam 100 €, mas também podia haver perdas de 20 000 € ou 30 000 € e aí o prejuízo era acentuado.

Ou seja, poderia haver outro balizamento, outra regra ou outra forma de calcular que, acima dos 5000 €, os penalizasse percentualmente.

Não sei se me faço entender. Por exemplo, alguém que tivesse um dano de 10 000 € teria um prejuízo de 1000 € acima dos 5000 €, mas que isso fosse percentualmente transversal a todos. Não! Uma pessoa que teve um dano de 5100 € só perdeu 100 € e uma pessoa que teve um dano de 15 000 € ou 20 000 €, veja o que perdeu. Ou seja, houve alguma falta de assertividade nisto, o que prejudicou, sem dúvida.

Na agricultura, houve gente que ficou penalizada e o que se conseguiu com isso foi o desinteresse. Poucas pessoas continuaram, até pela idade e pelo que passaram ali. Como estamos a ver com uma simples oliveira, não é de um ano para o outro que elas começam a produzir e as pessoas perdem a esperança e já não se dedicam àquilo. Perdeu-se uma oportunidade de motivar, até, os descendentes dessas pessoas. Se houvesse apoios, se calhar, os próprios filhos vinham com algum interesse em desenvolver esse projeto.

Claro, conforme disse, cometeram-se alguns erros e não correu tudo bem, mas poderia ter corrido muito, muito, muito pior. Logicamente, também não podemos pensar que isto seria na perfeição. Perderam-se algumas oportunidades, mas uma coisa é certa, e já disse isto várias vezes, embora não aqui: sou autarca e estou de passagem, mas futuramente ninguém nos vai perdoar — a nós e aos Srs. Deputados também, com o poder que têm em termos legislativos, de acompanhamento e de interesse — se voltar a acontecer o mesmo. Ninguém vai perdoar aos autarcas, a quem tem poder e a mim, nomeadamente. No concelho de Figueiró dos Vinhos ninguém nos vai perdoar se isto voltar a acontecer. Estou de passagem, mas não é isso que me iliba para dizer «virei as costas, fechei a porta e isto já não é comigo». Não! Se não deixarmos a estrutura preparada para que outros possam prosseguir e isto não volte a acontecer a culpa é nossa. Estou aqui

penitenciar-me porque vou sair e há de alguém substituir-me, mas se isso vier a acontecer também terei responsabilidades futuras.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço a apreciação que fez. Deduzo das suas palavras que valoriza muito a importância da pequena agricultura para a fixação das pessoas no mundo rural.

Pareceu-nos, dissemo-lo sempre e, aliás, identificámos que neste processo de apoios se criou um obstáculo, uma barreira, fazendo com que as pessoas abdicassem de perdas maiores para irem pela simplificação. Aliás, na altura até colocámos um valor de 10 000 € como ajudas simplificadas, em que não era preciso fazer um processo... O Sr. Presidente saberá tão bem quanto eu que numa ajuda do PDR 2020 estamos a falar de um projeto de investimento, para quem vai começar uma exploração nova numa determinada área de produção, e aqui estamos a falar de alguém que tinha uma produção mas perdeu tudo e que aquilo de que precisava era de ajuda, de apoios e não de dificuldades.

Conheceu alguém que possa ter abandonado a agricultura?

Eu assisti ao incêndio porque, por acaso, estava a passar no IC8 àquela hora, quando o incêndio começou, com uma trovoadas muito grande e escura, e até achei que iria apagar-se rapidamente, porque era uma trovoadas e vi os bombeiros... Mas conheço aquelas gentes e, aliás, visitei-as. O Sr. Presidente disse que alguns Deputados não conheceram mas eu já visitei — o PCP visito, a própria Comissão de Agricultura e Mar visitou — e conheço aquela realidade. Aquelas gentes persistem e resistem.

Entende o Sr. Presidente que os efeitos para o abandono virão a verificar-se a breve prazo? Não já ao fim dos três anos, mas, se calhar, daqui por mais algum tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Objetivamente, conforme disse, na região há uma agricultura de subsistência, até pela morfologia do terreno, etc. Não é predominante e tem significado, mas não é um significado preponderante. Muitas das pessoas dedicam-se à agricultura a par de outra atividade, normalmente, porque para se tirar rentabilidade da agricultura ou temos uma grande dimensão ou então limita muito. As pessoas fazem-no como uma agricultura doméstica e são resilientes, como o Sr. Deputado disse — e bem!

Mesmo não deixando de expressar que tiveram prejuízo, há algo que os motiva. Dizem assim: «continuo a trabalhar porque consigo produzir as minhas coisas, que acabam por ser mais saudáveis, porque sou eu próprio a trabalhar na agricultura só para subsistência».

Não posso referir que houve muita gente que abandonou porque também não havia muita gente dedicada a isso, e é proporcional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Por nós, quanto à agricultura, está esclarecido. É importante para nós que fique bem assente que, tendo em consideração os apoios de maior monta, nomeadamente aqueles superiores a 5000 €, houve quem tenha abdicado desses apoios, optando por perdas maiores para ter apoios simplificados.

Relativamente às habitações, o Sr. Presidente já aqui disse qual é o papel das segundas habitações no território e ficámos suficientemente esclarecidos. Agora, naquilo que respeita às segundas habitações, quer no



regulamento do REVITA, quer em todo o normativo legislativo que foi surgindo, encontra, em algum momento ou em algum local, algum artigo que as exclua dos apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Muito sinceramente não encontro isso, porque no início eram as habitações. Independentemente das pessoas, era para as habitações. Como disse, no andamento da calendarização, deu-se prioridade às primeiras, não porque se tenha esquecido as outras mas sim porque havia algo que era necessário fazer. Porquê? Porque a segurança social tinha pessoas alojadas e quanto mais rápido isso se resolvesse melhor, para as pessoas regressarem a suas casas; muitos estavam em casas de familiares; outros, que não quiseram sair de casa — às vezes com os idosos não era fácil, porque não queriam sair até lhes arranjam a casa —, estavam em anexos, muito precariamente. Ou seja, havia uma necessidade objetiva de tratar das primeiras habitações, mas sempre com o intuito de, posteriormente, ir às segundas e nunca pensando que era só para as primeiras.

À medida que as coisas foram andando, como já disse, o volume de custos que implicou e a evolução da situação com o incêndio de 15 de outubro, que, parecendo que não, teve uma dimensão 10 vezes maior, pode ter pesado na decisão do Governo. Foi uma decisão que o Governo cumpriu, porque disse que ia apoiar, disse que ia criar algo e criou, que foi o financiamento. Só que estamos a falar de três concelhos com limitações financeiras e, falo por mim, no que respeita ao suporte financeiro, a minha autarquia teria de se empenhar para conseguir dar alguns apoios. Não poderia fugir daí e a possibilidade e o esclarecimento que dei às pessoas, porque elas

estavam com a perspectiva de as segundas habitações irem para o patamar das primeiras... Houve concelhos em que se falava de uma maior percentagem do que no meu, mas, mesmo assim, o objetivo que ia na mente das pessoas era que fosse quase aos 100%, como nas primeiras habitações, e, não sendo assim, pensavam «para as vezes que lá vou, para a frequência com que vou à terra, o que vou gastar...». No fundo, ficavam as pessoas a custear o investimento e, tendo em conta a idade, por vezes, desinteressavam-se.

Sr. Deputado, se foi uma situação mal resolvida? Foi. Da minha parte foi, sim senhor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Alguma vez solicitou esclarecimentos relativamente aos apoios para as segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sim, isso foi praticamente transversal a todos os presidentes de câmara, às vezes até quando estávamos em reuniões com os ministérios, nomeadamente com ministros e secretários de Estado. Todos nós, inclusive Pampilhosa, Penela, Sertã, Góis, Figueiró, Castanheira e Pedrógão.

Apesar de só haver vítimas mortais em Figueiró, Castanheira e Pedrógão, os outros também tiveram prejuízos em primeiras e segundas habitações e também ficaram sem as segundas habitações, nomeadamente Pampilhosa, que é um concelho com uma área muito grande. Não posso precisar agora quantas segundas habitações ficaram destruídas, mas sei que foram muitas, muitas mesmo. E ficaram destruídas, claro.

A Câmara de Pampilhosa avançou também neste apoio, neste financiamento, nem sei se com capitais próprios. Não posso precisar, mas sei que avançou. Dada a necessidade de reconstruir as segundas habitações, eles tudo fizeram para ir ao encontro disso. Ou seja, o município acabou por ter ali uma carga muito grande a custas próprias, digamos assim, mas, tendo em conta a necessidade de fazer isso, avançou.

Mais uma vez digo, não ficou bem resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Quando pediu esclarecimentos e — pelas suas palavras — reivindicou os apoios para as segundas habitações tal qual como para as primeiras, a quem pediu e que resposta teve?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, conforme disse, quando estávamos em reuniões com os vários ministérios, a CCDR, os secretários de Estado, salientámos a necessidade das segundas habitações. O que nos era dito da outra parte era que a situação... Nunca, em momento algum, disseram: esqueçam, não se avança, não há dinheiro. Não, longe disso. Quando eu disse que poderá ter que ver com os custos, com o valor dos incêndios de junho e também com o dos incêndios de outubro, isso foi dedução minha, porque ninguém estava à espera que, quatro meses depois, houvesse mais um encargo, como foi com o do incêndio de 15 de outubro.

Sempre nos foi dito que se estava a ponderar e a trabalhar no assunto. E estavam a trabalhar, tanto é que decidiram, mas ficou um pouco aquém das nossas expectativas e das expectativas das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Uma das conclusões a que esta Comissão tem chegado é a de que em momento algum haveria segundas habitações que ficariam de fora, ou seja, o critério de que a segunda habitação, a habitação não permanente, não era para ficar de fora, embora houvesse a prioridade para as primeiras habitações, as habitações permanentes, com a qual o PCP tem concordado. No entanto, as segundas habitações também são propriedade e a sua perda deveria ter sido reposta.

Mas há aqui algo que precisamos de deixar também esclarecido, nomeadamente no que tem que ver com o facto de se ter criado a ideia de que as segundas habitações... Sr. Presidente, neste momento — e até porque disse uma coisa muito interessante —, consegue-nos esclarecer como é que se criou a ideia de que as segundas habitações ficavam de fora?

No fundo, a ideia que transpareceu — e já tivemos depoentes que o vieram dizer «foi o que me foi dito» — foi a de que as segundas habitações não tinham direito a apoio do Fundo REVITA. Ou seja, como é que se conseguiu criar esta ideia, a pouco e pouco? Isto, a ponto de até a própria população, quando o Sr. Presidente foi ter com eles, já ter integrado a ideia de que, como era uma segunda habitação, não tinham direito, quando não existe escrito em lado nenhum, preto no branco, algo a dizer que ser segunda habitação é critério de exclusão. Não existe em lado nenhum! Existe apenas um critério de prioridade, o que não quer dizer exclusão.

Portanto, era isto que gostaria de esclarecer: como é que foi criada esta ideia para a opinião pública, e até para autarcas, de que a segunda habitação era para excluir?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, como é que foi criada esta ideia?

Faça favor.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a consciencialização das próprias pessoas que eram detentoras de segundas habitações, o facto de o *timing* não ser de imediato com as primeiras, o dizer-se «primeiro vamos às primeiras, que são prioritárias, e depois vamos às outras» e o facto de não avançarem levou a que as pessoas fizessem, elas próprias, esse juízo. Como quem diz: «A minha já não está no primeiro plano, no primeiro patamar. Está no segundo patamar, ou seja, não é permanente». Isso fez logo a ideia das pessoas.

Por outro lado, numa segunda habitação, e já foquei isso, numa simples rutura no telhado, afetado devido ao calor, como entramos ali em setembro e outubro, com o inverno, entra água e destrói... Ou seja, mesmo dizendo a essa pessoa «ainda não há luz branca para avançarmos», no desespero, ela acabava por ter de cobrir o telhado ou de o reparar, senão tinha prejuízos maiores. E isso fez com que... Isto são concelhos pequenos, os vizinhos, as pessoas falam umas com as outras, um caso aqui transmite-se logo. Não foi a informação que circulou a dizer «não há dinheiro para as segundas», não, nada disso. As próprias pessoas formalizaram a ideia de que não eram prioritárias e de que possivelmente, pelo desenlace, já não chegavam lá.

Isso foi-se consciencializando. Nunca, em momento algum, o Governo nos disse que não havia apoios — tanto é que acabou por haver apoios na linha de crédito —, mas o facto de ter demorado tempo também levou com que as pessoas tirassem essas conclusões.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminou a intervenção inicial do Grupo Parlamentar do PCP. Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS, na pessoa do Sr. Deputado João Almeida.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o Sr. Presidente e pedir-lhe desculpa porque, como foi notório, não estive presente durante grande parte da reunião, até agora, pois estava em votações na Comissão de Assuntos Europeus. É sempre muito difícil fazer uma inquirição não sabendo o que já foi perguntado e o que já foi respondido e a melhor solução é não correr o risco de estar a repetir sucessivamente, pelo que vou fazer poucas questões e tão diretas quanto possível.

Sr. Presidente, esteja à vontade e quando já tiver respondido diga. Não precisa de estar a dizer a mesma coisa pela segunda, terceira ou, se calhar, quarta vez.

Relativamente às segundas habitações, e pegando no tema em que estava, pergunto-lhe o seguinte: quer no seu concelho, quer nos outros — falou da Pampilhosa, por exemplo —, enquanto estava ainda a decorrer o processo de intervenção nas primeiras habitações, houve segundas habitações recuperadas? No caso de ter havido, pergunto-lhe se se sabe quem é que as recuperou. Foi o proprietário, foi a câmara municipal ou foi alguma entidade privada que, por alguma razão, recuperou segundas habitações, ou houve intervenção de entidades públicas nesse processo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Deputado, está à vontade, não coloco qualquer restrição a voltar a repetir, até para ficar esclarecido.

Quanto às segundas habitações e se durante a recuperação das primeiras se reconstruíram logo segundas em algum concelho, deduzo que não. As câmaras, em princípio, não avançaram naquele período. Porquê? Porque

estávamos todos na expectativa de que ia aparecer algo. Sabendo que estava a ser elaborado pelo Governo um apoio às segundas habitações, logicamente, na Câmara não nos íamos adiantar a fazer logo a segunda, sabendo que podia vir um apoio. Era isto que íamos dizer às pessoas: «com calma, vamos aguardar, está a ser calendarizada a situação, ou os apoios, para as segundas habitações».

Não acredito. No meu concelho, não, de certeza. Pelos outros não posso falar, obviamente, mas também duvido que tenham avançado para isso nessa fase.

Outra coisa foi quando o Estado decidiu a linha de financiamento. Aí, ficando um pouco aquém, as câmaras — e a da Pampilhosa não sei o que fez — podiam, obviamente, avançar conforme entendessem. O Executivo Municipal entende e vai apoiando. A partir daí já foi diferente e, dada a importância colocada nas segundas habitações, logicamente, é provável que se tenha tentado até, digamos assim, motivar ou cativar o proprietário da segunda habitação. O que é que o município ganha com isso? É menos um elo de ligação que se perde com alguém que está fora, e acho que, com certeza, fizeram isso.

Mas, no concelho de Figueiró dos Vinhos, em momento algum se avançou para uma segunda construção ou habitação, longe disso.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o processo, e logo desde o início, os presidentes de câmara foram chamados a interagir com uma série de entidades públicas e privadas em todo o processo que se desenrolou a partir daí.

O que lhe queria perguntar era se, na relação com as entidades públicas, em primeiro lugar, foi sempre claro quem era responsável pelo quê, ou seja,

se houve clareza na atribuição de responsabilidades. Basicamente, queria perguntar-lhe o seguinte: quando tinha de tratar de uma questão de agricultura, sabia quem era o interlocutor? Quando tinha de tratar de uma questão de habitação, sabia quem era o interlocutor? Quando tinha de tratar de uma questão de uma empresa, sabia quem era o interlocutor? E numa questão de uma indemnização a familiares, também sabia?

Portanto, pergunto se isto foi claro desde o início, se houve evolução, ou se não houve.

Depois, qual era o papel das diferentes entidades em termos sequenciais? Por exemplo: havia um primeiro nível de decisão ao nível camarário? Havia, depois, uma intervenção da CCDR e só depois é que se chegava ao Governo ou a outros órgãos de soberania que, eventualmente, pudessem ter intervenção no processo e, de alguma forma, o pudessem condicionar? Ou estas linhas cruzavam-se?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, sem dúvida de que nunca... Em abono da verdade, a situação foi complexa, com muitos assuntos, quer da área social, quer da área agrícola ou da área de construção civil, mas fomos sempre muito apoiados.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, e não estarei a mentir, que, naqueles tempos que se seguiram ao incêndio, duas vezes por semana, tínhamos reuniões alargadas com secretários de Estado, Ministro, municípios, CCDR... tudo. Ou seja, nós próprios acabávamos por ir colher muita informação e saber como havíamos de atuar, no terreno.

As diretrizes eram dadas. Não fomos, de forma alguma, desapoitados. E tínhamos também a liberdade para os contactar, a qualquer dúvida que



surgisse, até com contactos muito diretos. Aqui houve um papel fundamental da CCDR no apoio para coordenar esses setores — conforme disse, diversos —, de indemnizações, de agricultura. Ou seja, havia equipas multidisciplinares que trabalhavam nestas bases todas, junto dos municípios, e o apoio foi total.

As linhas, conforme o Sr. Deputado disse, cruzavam-se. Cruzavam-se entre vários ministérios. No fundo, por vezes tínhamos reuniões em que havia troca de opiniões, para se perceber para onde se devia ir, o que era mais assertivo e o que achávamos que estava bem. Havia alguma discussão, embora não em tudo, mas havia discussão, normal, para tentar... Que foi uma situação complexa, foi.

Verdade seja dita, quanto a falta de apoio, seria injusto se viesse aqui dizer que não tivemos o apoio que era merecido naquela altura, porque tivemos.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tenho uma outra questão, que se calhar já foi colocada, e que tem que ver com o REVITA. Pergunto-lhe, e são três perguntas numa, se acha que o REVITA, no modelo em que foi criado, foi uma boa solução; se as regras de funcionamento do REVITA eram boas e claras; e se o REVITA, tendo uma responsabilidade tão grande num processo tão exigente também na componente de fiscalização, funcionou como devia ter funcionado para assegurar que todo o dinheiro que geriu e que atribuiu tinha sido bem empenhado em obra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder às três questões.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, já o disse, mas, muito sucintamente, vou referi-lo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Peço desculpa.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Não, não, está à vontade, até porque nunca é demais referir isto: acho que o REVITA foi uma excelente solução. Se não fosse o REVITA, possivelmente, hoje estávamos aqui com problemas muito mais graves.

Mesmo com o REVITA, com regulamentos, etc., as coisas tiveram alguma complexidade, em algumas situações. Foi tudo resolvido, em meu entender, da melhor maneira possível, sem poder referir que houve aqui alguma ilegalidade, algum processo que tenha ido para além do que é legalmente admissível. Acho que as regras que foram colocadas e aceites foram boas. Se fosse hoje, possivelmente, havia alterações, como é óbvio. A *posteriori*, é normal.

Quanto à fiscalização, era feita não só pelos técnicos, em cada município, em que o Conselho de Gestão delegava na Comissão Técnica, havendo um elemento do Conselho de Gestão que estava na Comissão Técnica. A CCDR, como também fazia parte da Comissão Técnica — técnicos com alguma experiência, como se compreende, com *know-how* nas diversas áreas —, fez esse acompanhamento. No meu concelho, não me posso queixar de que haja algo que não tenha sido controlado, muito pelo contrário, e os meus próprios técnicos me dizem que tudo foi fiscalizado, com autos de medição, acompanhamento nas obras, etc.

Houve uma situação que referi, que, se fosse hoje, acho que o Governo, devia ter um papel fundamental, ou preponderante, no Conselho de Gestão. Acho que aqui foi muito do Conselho de Gestão — conforme já disse, era o

Presidente do Instituto da Segurança Social, um representante das misericórdias e um representante dos três municípios, o Presidente da Câmara — e que faltou, um pouco, um papel de decisão da tutela, digamos, do Estado, transversal. Acho que era só isso que eu alterava.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, outra questão tem a ver com três dimensões — e se achar que há mais alguma, faça favor de acrescentar — que, obviamente, não obtiveram respostas idênticas. São elas a dimensão social, das pessoas, a da agricultura e a das empresas. Obviamente, se quiser, pode acrescentar a dimensão pública, porque também houve bastantes prejuízos do ponto de vista da infraestrutura pública.

Em sua opinião, quais funcionaram melhor e quais funcionaram pior? E porquê?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que a sua questão é bastante pertinente. Não quero com isto dizer que as outras não o tenham sido, mas acho que esse aspeto ainda não foi discutido aqui, pelo que, a meu ver, «acertou na *mouche*» e dá-me a oportunidade para esclarecer esta situação.

Perguntou-me, acerca das prioridades, quais correram bem e quais correram menos bem. Acho que, a nível das infraestruturas públicas, houve um trabalho exemplar nos três concelhos. Posso falar de Figueiró dos Vinhos

e também dos outros concelhos. Estamos a falar de cerca de 3 milhões de euros de investimento que foi feito e que praticamente está concluído, fechado. Foram investidos: na reabilitação de estradas municipais, 1,8 milhões de euros; em segurança rodoviária — estamos a falar da sinalética, daquelas guardas metálicas, etc. —, 800 000 €; em edificações, pavilhões — tínhamos, nomeadamente, um estaleiro da câmara municipal —, cerca de 220 000 €; em equipamentos urbanos complementares, 25 000 €; em equipamentos municipais de lazer e turismo, cerca de 30 000 €; e, em sistemas públicos de abastecimento de água, 83 000 €.

Como referi, no concelho de Figueiró dos Vinhos, foram investidos cerca de 3 milhões de euros e, nos outros concelhos, foi investido sensivelmente o mesmo ou mais. E tudo está devidamente reconstruído, devidamente fechado, a saber, os autos de medição, as contas. Por isso, a este nível de infraestruturas públicas, houve, a meu ver, um trabalho exemplar.

Ao nível das empresas, em cerca de 11, 12 empresas, no concelho — e isto, infraestruturas públicas e empresas, foi tudo coordenado pela CCDR —, houve prejuízos em cerca de 2 milhões de euros, o que pode não estar ainda totalmente fechado em termos de conta final, mas está praticamente regularizado e as pessoas foram apoiadas com o levantamento que foi feito, nomeadamente pelos técnicos da CCDR, assim como as empresas no que diz respeito a maquinaria. Já não se pagou, por exemplo, ao nível da madeira...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Menos a que estava em estaleiros!

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — Exato, precisamente, é isso mesmo, Sr. Deputado, só a que estava em estaleiro.

Por exemplo, houve um empresário que tinha uma serração, onde estivemos e onde arderam máquinas — o que estava em estaleiro foi pago, o

que tinha no local produtivo não foi pago. E até compreendo, como já referi, por causa do precedente que se abria aqui, pois, a não ser assim, futuramente, em qualquer incêndio tinha de haver sempre indemnização.

Portanto, a este nível, também correu muito bem.

Quanto às dimensões agrícola e social, aqui, já podemos falar de um «calcanhar de Aquiles». Quanto à agricultura, o facto de balizarem as indemnizações nos 5000 €, tendo, a partir desse valor, de se apresentar uma candidatura ao PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), estando nós a falar de agricultores com 60, 70 anos de idade e com pouca instrução, isso estava fora de questão. Então, as pessoas preferiram apresentar prejuízos até àquele valor e prescindir dos outros. Assim sendo, acho que, aí, não fomos assertivos. E perdeu-se aqui a possibilidade de incentivar a agricultura no interior. Ainda que se pudesse pensar algo do género «aqui, estamos a ir além do prejuízo», mesmo assim, estava a incentivar-se a fixação das pessoas no interior e com algum rendimento.

Ao nível social, o apoio da segurança social foi total, mas acaba por ser uma área um pouco complexa. Ainda hoje, na área da psicologia, do apoio, temos consultas permanentes no centro de saúde, a segurança social mantém-se por causa das situações que afetaram muita gente em termos familiares. Ou seja, na dimensão social, em termos de apoios, foi feita muita coisa, logicamente. Porém, no interior, o que precisamos é de empresas e de pessoas que se fixem lá com um posto de trabalho. Não é por acaso que o País tem 70% da população em 30% do território, que é na faixa do litoral. Porquê? Por causa do posto de trabalho, é lógico.

Ora, os Srs. Deputados também podem vir a ter um papel fundamental nesta área, que é o de conseguir medidas objetivas — e não, desculpem o termo, paliativos —, que possam fazer com que o interior seja mais atrativo não só pela sua beleza natural mas também por ser um local onde as pessoas se possam fixar.

Como autarca, digo muitas vezes que temos de, pelo menos, conseguir frenar o êxodo, de não deixar sair mais ninguém, o que já seria bom, e depois temos de começar a trabalhar ao nível das gerações.

Este já seria um bom trabalho. E, por outro lado, os Srs. Deputados certamente terão a possibilidade de dar aqui também uma boa ajuda, de que nós precisamos, pois, como compreenderão, as autarquias também não conseguem chegar a todo o lado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, quero fazer-lhe esta pergunta muito objetiva: notou que, ao nível dos serviços ou ao nível político, em alguns outros municípios, tivesse sido dado um tratamento diferente daquele que foi dado no seu? Ou seja, verificou alguma vez se os técnicos atuam de maneira diferente ou se politicamente as coisas eram decididas através de um processo diferente daquele que teve lugar em Figueiró?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Não, de forma alguma, Sr. Deputado. Acho que, mesmo ao nível do Governo, de ministros e de secretários de Estado, e de CCDR, muitas vezes o debate e a troca de opiniões entre concelhos era feita em plenário, estávamos todos. Não se pensava «hoje, vou reunir com Figueiró e, amanhã, com Castanheira», não. Quando eu disse que tínhamos reuniões duas vezes

por semana, era em plenário, era com todos. E havia um espírito de entreajuda brutal — digo mesmo brutal. É que isso de pensarem que cada um dos municípios — e, se calhar, em tempos, foi assim, e temos aqui Srs. Deputados que já foram presidentes de câmara —, cada uma das autarquias como que tinha uma quintazinha e cada uma pensava «tudo para além da minha quinta já não é nada comigo», isso, hoje em dia, já não é a realidade. Nós somos poucos, nos territórios, nomeadamente, em Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, mas posso dizer que nós — quer o ex-presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, Fernando Lopes, que já esteve aqui, quer o Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, ainda em funções, Valdemar Alves, quer a atual Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, Alda Carvalho — nós, dizia, quando trabalhamos, as diretrizes que traçamos para o território são transversais e estamos a apoiar-nos uns aos outros. É que, a meu ver, só juntos conseguiremos fazer alguma coisa. Já somos poucos juntos, o que faria se nos separássemos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, a minha última questão tem a ver com o seguinte: disse há pouco — e disse muito bem — que a população, localmente e a nível nacional, o que não perdoaria era a possibilidade de voltar a acontecer uma coisa como aquilo que aconteceu na altura. Portanto, vou perguntar-lhe o seguinte: qual é o sentimento que tem, no terreno, relativamente às alterações que permitam evitar esse tipo de situação, a primeira das quais tem a ver com o ordenamento florestal? Houve muita discussão, alguma dela até política, mais enfatizada, sobre o ordenamento

florestal, tendo havido quem defendesse que era preciso mudar tudo no ordenamento florestal. Houve alterações legislativas que impunham que mudasse muita coisa. Houve compromissos assumidos relativamente à reflorestação.

O que pergunto é o seguinte: no terreno, está a haver uma reflorestação ordenada, respeitando aquilo que foram as alterações que se promoveram? Há essa diferença, no terreno? Aquilo que era dito logo a seguir ao incêndio, de que, em muita daquela região, havia um barril de pólvora devido à concentração de espécies, principalmente, do eucalipto e do pinheiro, e ao desordenamento com que isso era feito, chegando-se lá, percebe-se claramente que as coisas estão diferentes, ou prevalece a regeneração automática da floresta, que, neste caso, dá prevalência ao eucalipto? Esta é uma pergunta muito clara sobre isso.

Depois, quanto à capacidade de resposta das entidades públicas e à capacidade de resistência das populações, o que é que, principalmente no âmbito da proteção civil, há, em termos de alterações, que veja que é importante para essa capacidade de resposta?

Ainda em relação ao que um depoente nos disse, de que a esmagadora maioria das pessoas morreu a fugir do fogo no caminho, e não dentro de suas casas apanhados pelo fogo, gostaria de saber se foi dado algum tipo de formação às populações.

Em suma, queria saber o que foi feito a estes três níveis: floresta, proteção civil e populações.

E, com isto, termino.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder a este conjunto de questões, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.



O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, falou muito bem, percebe-se que é conhecedor do assunto, do ordenamento florestal. Acho que não estaria a ser correto se lhe dissesse que ficasse descansado pois está tudo a ser devidamente organizado. E não falo só da minha região, falo do interior. Conforme referiu, e bem, a regeneração prevalece, porque, com o eucalipto, como sabemos, a regeneração é brutal. A população, por vezes, deixa que isso aconteça, porque o eucalipto, tendo um crescimento rápido, tem rentabilidade e é só por isso que as pessoas não «levantam muitas ondas».

Isto pode evitar-se? Pode, com espécies autóctones. Mas as pessoas têm de ter um rendimento, pois, caso contrário, nada feito. O Estado nunca pode sobrepor-se a todas as pessoas. E, em abono da verdade, o Estado também não pode fazer tudo. Têm de ser dadas condições às pessoas para que cada uma trate da sua propriedade e, para isso, tem de haver rendimento. Ninguém pega num trabalho só porque é um trabalho meritório ou porque fica bem fazê-lo. Tem de haver rendimento, e é isso que tem de ser feito. O Estado fez, e está a fazer, trabalho. A FlorestGal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, SA, com sede nacional em Figueiró dos Vinhos, tem esse propósito. O ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), que é tutelado pelo Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, permanentemente tem-nos feito chegar os cuidados a ter e a informação necessária, a própria proteção civil, em termos distritais, tem feito formação, ou seja, nada tem a ver com o que era antes. Nós, isto é, da parte dos municípios, fazemos o que é necessário na limpeza das faixas de combustão para que não voltem a surgir. Agora, há muito a fazer, Sr. Deputado. E será que está tudo a ser feito à exaustão? Não, porque tem de ser feito mais para evitar uma situação destas. Se o Sr. Deputado me pergunta «pode deixar-me descansado?», respondo-lhe «não, não posso deixá-lo

descansado porque há coisas que nos transcendem». Agora, estamos em consciência a fazer tudo o que é possível.

Mas, é claro, as autarquias têm limitações e o Estado também não pode chegar a todo o lado. Portanto, tem é de criar mecanismos, com a ajuda do Parlamento, de forma a que se dê às pessoas a possibilidade de terem aqui uma atuação proveitosa, uma atuação, digamos, que justifique uma evolução da floresta no bom caminho, dando um rendimento às pessoas para que elas comecem a zelar pela floresta.

Como é que se consegue segurar um proprietário de uma floresta se este não tiver rendimentos? É para esquecer, é, pura e simplesmente, para esquecer.

Porém, Sr. Deputado, estas discussões são sempre proveitosas porque permitem-nos alertar para aquilo onde podemos melhorar. E claramente, aqui, há muito onde podemos melhorar. E temos de ir por aí, caso contrário, podemos deparar-nos com situações que já se passaram, o que é extremamente desagradável para todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.

Terminámos, assim, a primeira ronda. A segunda ronda, recordo, é de intervenções de 5 minutos por parte dos vários grupos parlamentares com resposta conjunta no final. Por isso, Sr. Presidente da Câmara, apelo a que comece a tomar algumas notas, pois certamente serão muitas as questões.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Leitão, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por lamentar o recurso a falsos argumentos por parte do Deputado João Dias e aquilo que foram citações que não correspondem à

verdade. Aliás, se o Sr. Deputado tivesse estado atento à minha primeira intervenção e àquilo que vem escrito no relatório da auditoria do Tribunal de Contas, perceberia que o objeto desta Comissão de Inquérito se prende com o apurar de responsabilidades políticas, que há responsabilidades a apurar, que ninguém nos perdoaria, conforme já foi aqui dito, que o País não tirasse lições futuras, numa primeira fase que não faz parte do objeto desta Comissão, sobre o que se passou nos incêndios, para que não se volte a repetir, e, principalmente, naquilo que é a componente política, que não tirássemos ilações daquilo que podemos melhorar para apoiar as populações no futuro.

À justiça o que é da justiça, não se compreende o que o Sr. Deputado pretende, com estes argumentos, esconder, ou quem é que pretende proteger.

Relativamente às questões ao Sr. Presidente, e recentrando aqui a audição, aproveito para fazer menção do relatório da auditoria ao Tribunal de Contas, da página 35 do mesmo, onde vem referido que o Município de Figueiró entregou ao Fundo REVITA os donativos que recebeu em dinheiro, mas não entregou, conforme estava previsto no regulamento do Fundo REVITA, os donativos que recebeu em espécie.

Questiono o porquê; se estes donativos, por exemplo, materiais de construção, serviram para auxiliar particulares na reconstrução do que foi destruído, se serviram para obras municipais, públicas... Para que tipo de intervenções é que foram utilizados estes donativos, mais concretamente relativamente aos materiais de construção?

Relativamente aos apoios à agricultura, o Fundo REVITA estava, inicialmente, focado naquilo que era a recuperação das habitações. Num segundo momento, com base na alínea «c) atribuição de apoios a necessidades devidamente identificadas não cobertas por medida de política pública em vigor ou de carácter extraordinário», dirigidos às populações nas áreas afetadas pelos incêndios, criou-se aqui um mecanismo simplificado,

que servia para apoiar os agricultores, como já foi aqui referido, no que concerne ao restabelecimento do potencial produtivo, em despesas entre os 1053 € e os 5000 €, que tinham apoios, por parte da administração central.

Pergunto se considera que este mecanismo, desta repartição, foi o ideal para fazer face a este restabelecimento do potencial agrícola e, principalmente, se não existiram agricultores que até tinham, dadas as complexidades, uma candidatura ao PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020), que tivessem efetuado candidaturas com um valor inferior, visto serem simplificadas e ser muito mais fácil recorrerem a este mecanismo.

Dado o valor que consta dos relatórios do Fundo REVITA utilizados para fazer face a este drama no âmbito da agricultura, questionaria se sabe quem tomou a decisão, porque é que foi tomada a decisão, de onde é que vem a decisão de que o Fundo REVITA deveria colmatar esta falha, no fundo, de não existirem apoios neste intervalo de valores, e se estes apoios, estas verbas aqui alocadas, não fariam falta no que concerne ao apoio à segunda habitação, se dar estes apoios não era uma missão e um dever do Governo ou se o Fundo REVITA fez bem em substituir-se ao Governo, em atribuir os apoios neste escalão que referi.

Do que percebi, das respostas que deu, considerou positivo ter apoios relativamente à recuperação de infraestruturas e ao setor económico, pelo que não lhe vou perguntar mais nada sobre isso.

Deixaria aqui uma questão que se prende, essencialmente, com o facto de nas infraestruturas ter sido utilizado o Fundo de Solidariedade da União Europeia, se não me falha a memória: foram dadas notas públicas de que o Governo utilizou este fundo até para o pagamento de horas no que concerne ao combate com meios aéreos; não ficou nada por fazer? E estas verbas, que foram utilizadas pela administração central, não seriam muito mais bem empregues naquilo que poderia ser a ação dos municípios e na recuperação

de infraestruturas públicas e de outro tipo de infraestruturas, desde que tivessem, naturalmente, a sua natureza pública?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cruz, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento todos as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Jorge Abreu, felicito-o pelos seus contributos e pela serenidade com que nos trouxe, aqui, este conjunto de informações, neste final de tarde. E queria dar uma nota prévia: há pouco, o Sr. Presidente informou-nos de que nos incêndios de outubro houve 10 vezes mais área ardida, 10 vezes mais prejuízo, mais ou menos.

Conheço particularmente bem essa realidade, porque resido nessa zona e o que disse é, de facto, verdade: a vossa experiência e o contributo dessa região, inicialmente afetada, permitiu que a tragédia de outubro não fosse maior. É verdade, esse é um facto que serviu para que os autarcas daquela região tomassem medidas, com base no que foi a experiência anteriormente assumida.

Isto para dizer que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara aqui diz é verdade, sobre o que aconteceu naquela noite, naqueles dias, e que foi, de facto, novo e imprevisível para todos. E os dias que se seguiram foram uma tragédia, como todos temos vindo a perceber. Aliás, no âmbito da comissão de agricultura, tivemos oportunidade de visitar a região e de perceber, nos meses seguintes, o retrato daquela região.

Do que aqui foi dito, por vários dos Deputados que fizeram intervenções nesta Comissão, gostaria de destacar duas ou três situações. Não vou falar mais das habitações porque o tema está já muito gasto e já todos percebemos sobre essa área. Mas, em relação à agricultura, valeria a pena fazer aqui duas ou três notas.

Em relação à agricultura, percebemos que os apoios simplificados eram aqueles a que facilmente as pessoas acediam, para pequenos prejuízos, e que facilmente foram atribuídos, não houve grandes problemas.

Os seguintes, os que acabaram de ser referidos pelo PSD, cobertos pelo REVITA, afinal foram aqueles que permitiram, também de uma forma simples, atingir os 5000 €. O PSD vem aqui colocar dificuldades sobre como é que foi o REVITA a pagar, mas o REVITA foi o meio que colocou o dinheiro para pagar as contas; o dinheiro apareceu e foi pago. Portanto, foi uma forma simples, antes dos tais 5000 € onde entrava a burocracia — como o Sr. Presidente disse, e bem — do PDR, de conseguirmos resolver muitos problemas.

Aproveitava para lembrar que, antes desta data fatídica de 2017, já tinham acontecido muitos incêndios, com muita destruição na área da agricultura, e, que saiba ou que me lembre, não houve este nível de apoio generalizado, como houve neste caso. Foi a primeira vez, e a partir daí voltou a acontecer — em outubro —, que o Governo se preocupou com um conjunto de medidas que permitiu apoiar os agricultores.

Em relação ao que o Sr. Presidente referiu, no âmbito das infraestruturas municipais, tendo dito que teve cerca de 3 milhões de euros de prejuízo no seu concelho, gostaria que me confirmasse se, desses cerca de 3 milhões de euros, é ou não verdade que cerca de 85% foram comparticipados pelo Centro 2020 e os outros 15% foram comparticipados através do Fundo de Emergência Municipal que o Governo ativou, para que os municípios afetados não tivessem qualquer encargo do seu orçamento.

Importa também referir isto, que acho que é uma medida importante.

Depois, Sr. Presidente, queria também perguntar-lhe sobre as empresas afetadas nesta região — que é uma região que não tem muito desenvolvimento industrial, infelizmente —, que são poucas, mas aquelas que há são importantes para fixar pessoas. Queria perguntar-lhe se o apoio

que as empresas, cujas instalações e equipamentos foram destruídos, receberam, lhes permitiu manter os postos de trabalho, recuperar os seus equipamentos e instalações e se, durante esse período, a segurança social respondeu com medidas que permitiram manter as pessoas em formação e, posteriormente, recuperarem os seus empregos, ou se houve, aqui, alguma dificuldade nesse período.

Perguntava-lhe ainda se, depois dos incêndios, na fase posterior, tem havido medidas de acompanhamento das pessoas, nomeadamente a nível da saúde mental e a nível da isenção de taxas moderadoras. Sei que houve muitos feridos nos concelhos daquela região e queria saber se continua a haver seguimento das pessoas, nomeadamente nos hospitais da região, principalmente em Coimbra, e se continua a haver apoio aos que precisam de se deslocar com regularidade aos hospitais.

Para terminar, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: passados três anos, e sendo alguém que viveu por dentro uma situação destas — sendo que também estive numa situação parecida, quatro meses depois —, achava possível, ao dia de hoje, termos a situação no ponto em que temos? Para quem viu tudo destruído, como viu, na época, achava que era possível termos o nível de recuperação a que chegámos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, em jeito de balanço, queria só colocar duas ou três questões, nomeadamente sobre se ainda existem financiamentos, do Fundo REVITA ou de outros fundos, que não tenham sido aplicados e, se sim, o que é que está previsto para essa situação.

A segunda questão é sobre se ainda continua o trabalho das associações, dos voluntários, das instituições que, de alguma maneira,

também se disponibilizaram a colmatar e a enriquecer a resposta que foi dada pelo Estado; e se considera que os apoios concedidos, nomeadamente ao Município de Figueiró dos Vinhos, foram suficientes para, de alguma maneira, compensar, para restabelecer, para haver esse sentido de justiça que, de alguma forma, este tipo de apoios pretende, e, se não for o caso, que necessidades decorrentes desse incêndio é que faltam colmatar, a qualquer um destes níveis, seja a nível da floresta, seja a nível da agricultura, do acompanhamento psicológico, das infraestruturas, portanto, todos estes campos que foram, aqui, já amplamente referidos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Presidente Jorge Abreu, importa, aqui, fazer uma avaliação do que nos transmitiu, ou seja, de uma forma genérica, pareceu-nos ficar satisfeito, ou até bastante satisfeito, com os apoios concedidos, mas é preciso também olhar para aquilo que disse. Isto é, quanto a segundas habitações, as pessoas, confrontadas com situações de dificuldade, acabaram por desistir ou, não informadas, sequer, não se mostraram interessadas.

Os apoios que surgiram — não podemos considerar do Estado, porque o Estado somos todos nós, falemos, por isso, do Governo —, que o Governo disponibilizou, foram linhas de crédito para municipalizar esses apoios. Portanto, pergunto se isto são apoios que satisfaçam um responsável autárquico, mas não me parece.

Depois também veio dizer que estamos mais bem preparados. Aquilo que tenho a questionar tem que ver, precisamente, com a avaliação daquilo que existia antes e daquilo que existe atualmente.



Para o PCP, a segurança da população também é um apoio, quer na dotação em termos do dispositivo de combate, quer também na prevenção dos incêndios. Para nós — e daí questionar qual é a avaliação — há quatro Orçamentos do Estado, três deles praticamente sucessivos, inclusivamente no Orçamento do Estado de 2020, em que, numa outra municipalização, a responsabilidade de limpeza dos terrenos é transferida, com responsabilidades para os proprietários, naturalmente — e concordamos que os proprietários tenham essa responsabilidade —, mas com muita responsabilidade, também, a recair nas autarquias.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Ora, as autarquias viram-se, de um dia para o outro, numa posição, bastante clara, de não terem preparação técnica nem material para responder a essa situação. E a questão que lhe faço é se, neste momento, têm, objetivamente, capacidade técnica para responder a uma situação tão complexa como é o acompanhamento do que é a produção florestal e até mesmo a manutenção das faixas de gestão de combustível, a manutenção da limpeza dos terrenos florestais. Ou seja, houve aqui, também, uma outra responsabilização, com encargos. Não chamamos a isto transferência de responsabilidades, é uma transferência de encargos, porque quanto à verba adequada, essa, nem vê-la.

Depois, há uma outra situação, que tem que ver com a saúde das vítimas. Houve, certamente, pessoas que sofreram queimaduras, perda mesmo, até, da integridade da pele, e que ficaram com sequelas para toda a vida. Algumas delas ainda continuam a necessitar de tratamentos. Queria perguntar se, no seu concelho, existe alguma pessoa que tenha ficado com sequelas, necessitando de apoios, e que mantenha esses apoios.

Mesmo para concluir, deixo aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Leitão. Não pretendo, aqui, esclarecer o PSD relativamente à apreciação inicial que fiz; aquilo que lhe tenho a dizer, Sr. Deputado, é que quem melhor pode entender as palavras que o PCP aqui deixou, na introdução, são, precisamente, aquelas pessoas que foram vítimas, aquelas que perderam tudo — e algumas delas perderam a própria vida. Ora, seria muito importante avaliar por que é que lhes aconteceu isto, e estas pessoas veem-se, muitas das vezes, julgadas em praça pública quase como numa caça às bruxas. E isso, de certeza absoluta o PSD não compreenderá, mas tenho a certeza que as vítimas percebem o que é o PCP lhes está a dizer.

**O Sr. Presidente:** — Termina esta segunda ronda de perguntas.

Assim, passaria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Jorge Abreu, para responder a este conjunto de questões.

Tem a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — Sr. Presidente, vou tentar ser sucinto, não querendo deixar de responder a alguma pergunta.

Mas, Srs. Deputados, por defeito, se não conseguir, neste conjunto de perguntas, responder a alguma coisa, estão à vontade para formular novamente a pergunta.

Sr. Deputado Paulo Leitão, quanto ao relatório de donativos REVITA em espécies materiais e o que nos foi chegando, no relatório, como se compreende, temos o registo dos apoios que foram dados às pessoas. No entanto, estamos a falar de pequenos... sei lá, alguns blocos, alguns sacos de cimento, e são pequenas coisas que foram dadas a pessoas, em termos particulares, que se constatou que precisavam daquilo.

Claro, são obras que não precisam de projeto, não precisam de licenciamento, tudo bem, mas temos tudo registado. Temos tudo registado, mas não nos peçam é que... Na altura, tínhamos feito um regulamento, um critério, era aquilo que era. Objetivamente, nada foi escondido, muito pelo contrário.

Quanto a apoios à agricultura e até dizerem que foi o ideal, já referi isso: foi o possível, mas o ideal, porque houve pessoas que acabaram por ter prejuízos superiores aos 5000 € e acabaram por aceitar os 5000 €, até por causa da burocracia. Isto serve também — é transversal a esta pergunta — para o Sr. Deputado João Almeida, que também falou nisso. Ou seja, claro que foi um apoio e — o Sr. Deputado do PS, José Rui Cruz já o disse — sem dúvida que não tinha precedentes anteriores, e aí os Srs. Deputados sabem melhor do que eu. Acho que foi uma boa medida.

Se perguntarem agora se foi assertivo ou perguntarem se podia ser melhorada... Podia ser melhorada, financeiramente trazia mais recursos e, possivelmente, chegava àquele agricultor acima dos 5000 €, podia chegar aí sem terem tanto prejuízo. Sem dúvida que podia ter sido melhor, mas já foi um esforço e sem dúvida que já foi alguma ajuda.

No meu território, atendendo até ao tipo de agricultura que é feito — conforme já disse aqui —, de subsistência, a grande maioria foi até aos 5000 €, porque não é uma zona agrícola, não é um concelho com muita agricultura, a grande maioria — agora não sei dizer a percentagem — enquadrou-se perfeitamente neste valor. Se calhar não é por acaso que o Estado apareceu com a decisão deste valor, porque, possivelmente, se fez um levantamento da dimensão; ainda que não pudesse ser objetivo, porque as candidaturas foram feitas *a posteriori*.

Quanto à pergunta sobre de onde vem o valor dos apoios, do Sr. Paulo Leitão, referia-se aqui a...

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Apoios do Estado.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Ah, *ok*. Sim, estes apoios de agricultura vieram do Estado; os apoios que foram para a agricultura vieram do Estado. Isto é do Estado que vem, ou seja, o Fundo REVITA, o dinheiro, é do Estado. O Estado sempre nos disse que quando houvesse... Os apoios eram inseridos com o ministério da agricultura também e estes foram dados pelo Estado; os apoios para a agricultura também.

Quanto a infraestruturas públicas e à pergunta sobre se nada faltou, da nossa parte temos de ser sinceros: o que foi feito foi aquilo que foi relatado e de que foi feito o levantamento exaustivo, tudo devidamente, com a fiscalização da CCDR, e tudo aquilo de que precisávamos, ou pelo menos onde se verificou que tinha havido prejuízos, foi feito.

Sobre o Sr. Deputado José Rui Cruz e a sua observação sobre 10 vezes mais o 15 de outubro: sem dúvida. Sem dúvida que, aqui, a dimensão que teve — e o incêndio tem umas características muito semelhantes —, foram valores extremamente elevados, imagino. E, ao nível dos apoios, conforme já falei, da agricultura e do dinheiro do REVITA, foi-nos dito — inclusive pelo Sr. Primeiro-Ministro, que disse, uma vez —, numa reunião: «Não se preocupem com o dinheiro do REVITA, porque quando houver necessidade, o Estado tratará de...», digamos, apetrechar, ou de aumentar a conta do REVITA. Ele falava várias vezes nisso e tanto é...

Sobre as empresas a laborar, as que foram apoiadas mantêm-se a laborar. Algumas até melhoraram alguns serviços. Acho que houve a possibilidade de comprar algumas máquinas, que tinham sido destruídas e que já eram usadas, devidamente atualizadas, dentro do mesmo patamar ou da mesma utilidade. Ou seja, alguns acabaram por se apetrechar e bem. Ou seja, a infelicidade acabou por ter vantagem.

Quanto ao acompanhamento a nível de apoio social e médico, no meu concelho posso dizer que todos os casos estão sinalizados e estão a ser apoiados, nomeadamente através do centro de saúde e da parte de saúde mental, também do centro de saúde.

Quanto aos fundos aplicados, sei que o Fundo REVITA mantém um saldo; há que terminar ainda os processos que estão, essencialmente de Castanheira e Pedrógão, no entanto, o Fundo REVITA está também preocupado com algum dinheiro que possa vir a ser remanescente. O Fundo REVITA tem uma preocupação na recuperação de todo o território e infraestruturas e agora está também a preocupar-se com a prevenção, podendo, eventualmente, aparecer, se houver verba para isso, algum investimento ao nível da prevenção. Isto vem fazer com que, possivelmente, possamos não passar por uma situação destas ou, até, minimizar o risco.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado João Dias, as pessoas das segundas habitações foram informadas das condições que havia e do que podiam esperar. Aqui, o facto de desistirem deve-se, essencialmente, ao facto de terem também ambicionado — e, se calhar, com alguma lógica e com algum realismo — que pudessem ser apoiadas como as primeiras. E quando verificaram que uma parte do apoio era da câmara e que a câmara tinha limitações, como a expectativa deles era que fosse quase na totalidade, desistiam por aí, se calhar não tinham capital próprio para isso. Mas não deixaram de ser informados. Só que, se calhar, a expectativa deles era na totalidade e daí já alguns equacionaram e não o fizeram, ainda que, no meu município, sejam relativamente poucos, felizmente.

Sobre a segurança das pessoas, conforme falou, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que, quer ao nível da proteção civil distrital quer ao nível dos próprios bombeiros, muito tem sido feito na corporação, ao nível da formação, do apetrechamento, e sem dúvida que estão melhor do que

estavam; isso, em princípio, será um bom prenúncio. Não vai, com certeza, evitar tudo, mas estão melhores do que estavam.

Sobre as faixas de gestão de combustível e o que nos é dado por parte do Estado, isto tem encargos brutais. Posso dizer-vos que tenho quatro freguesias e numa freguesia, anualmente, para ter as faixas mais ou menos cumprindo a legislação, são 90 000 € por ano, só para uma freguesia. Isto são custos brutais e, quer queiramos quer não, sai do orçamento dos municípios. E, claro, eu e os meus colegas vemos que não chegam só os meios da câmara e temos de contratualizar empresas de fora para fazerem isso mesmo.

Está a ser feito, tem encargos que podiam ser, aqui, equacionados, ao manterem a lei conforme está, e haver apoios para que não corramos o risco de, mesmo com muito boa vontade, não conseguirmos cumprir este preceito que está na lei e em que temos de ter as faixas de gestão de combustível devidamente equacionadas.

Já respondi também sobre as vítimas. Todos os casos estão a ser sinalizados; todos os casos que existem são sinalizados e estão a ser acompanhados.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, a segunda ronda e entramos na terceira.

Os grupos parlamentares usarão da palavra por 3 minutos, sendo que temos uma inscrição do Sr. Deputado-Relator, Jorge Paulo Oliveira, a título individual que, por isso mesmo, será a última.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, percebi, da sua resposta, que não viu inconveniente na utilização

dos fundos do Fundo REVITA no apoio à agricultura por considerar que o dinheiro era do Estado.

Ora, o Fundo REVITA, recorrendo ao relatório da auditoria do Tribunal de Contas e aos números lá inscritos, o Governo contribui, a título excecional, com uma verba de 2 500 000 €. Segundo o mesmo, os apoios à agricultura totalizaram cerca de 3 400 000 €, uma diferença de 900 000 €.

Ou seja, se fizermos uma conta direta, estamos aqui com 900 000 € que não vieram diretamente do Estado e que, segundo depreendo do que foi aqui dito, o Estado utilizou para fazer face ao que, *a priori*, seria uma responsabilidade sua. E

Faltando, neste caso, dinheiro para acorrer ao que era a missão inicial por parte do Fundo REVITA, que era, atendendo à priorização das habitações, conforme foi transmitido, apoiar a reconstrução de todas as habitações, quando é que os Srs. Presidentes de Câmara estão a pensar solicitar, conforme disse — e citando o que aqui disse, que o Sr. Primeiro-Ministro tinha dito que o Estado estaria disponível para repor quando faltasse dinheiro no Fundo REVITA —, ao Sr. Primeiro-Ministro que reponha a verba suficiente para acorrer a estas segundas habitações. Deixo essa questão.

Paralelamente, e frisando que estamos aqui a tratar de fundos que, em muitos casos, não vieram só da natureza pública, peço-lhe também que confirme se foram o Fundo REVITA e a CCDR que indicaram, a outras instituições e a outros particulares que andaram a apoiar a reabilitação das casas no terreno, quais eram as casas que deveriam ser apoiadas e que mereciam o devido apoio.

Para terminar, e tendo a perceção do que já foi dito e do que vem no relatório do Tribunal de Contas, é feita menção positiva ao que se passou no seu município e também àquilo que se passou em Castanheira de Pera, e depreende-se, daquilo que vem escrito, que algo não se terá passado de bem

no concelho vizinho, de Pedrógão Grande. Pedia-lhe que comentasse, certo de que teve oportunidade de ler atentamente, como eu e como todos nós, o relatório da auditoria do Tribunal de Contas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Gouveia, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista prescinde da terceira ronda, mas não sem antes, por uma questão de elementar justiça, aproveitar para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Sr. Jorge Abreu, a vinda a esta audição e, sobretudo, a forma esclarecedora e clarificadora como procurou responder aos pedidos de esclarecimento apresentados. E queria aproveitar ainda para, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pedir que levasse um abraço amigo para os munícipes do seu concelho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se nos permitir, juntamos a essa proposta e a esse abraço toda a Comissão.

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado-Relator, Jorge Paulo Oliveira, pelo período de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, tinha três perguntas, mas, se calhar, a terceira já foi mais ou menos colocada.

A primeira pergunta prende-se com o seguinte: o Sr. Presidente, a determinada altura, pela interpretação que fiz das suas palavras, entende que, no Conselho de Gestão, não deveriam tomar assento os presidentes de câmara, porque isso aumentaria a natureza técnica do órgão e salvaguardaria aquele órgão de qualquer influência política.



Se bem percebi as suas palavras, deduzo que, no futuro — esperemos que não volte a acontecer, naturalmente —, imaginemos, numa situação que careça de uma solução do tipo daquela que foi encontrada, portanto, entendi que sugere que se deve evitar a presença de presidentes de câmara na Comissão de Gestão.

A segunda pergunta, também ainda sobre o Conselho de Gestão, tem que ver com o facto de o Sr. Presidente ter, julgo eu, sugerido — não sugerido, ter dito, mesmo — que o Estado devia ter uma decisão mais vincada e que o Governo deveria ter tido um papel mais preponderante no Conselho de Gestão. Ora, interpreto isso como uma defesa de que este órgão devia ter, efetivamente, lá um membro do Governo, ou seja, um ministro, um secretário de estado. Era a pergunta que lhe deixava.

Ainda assim, vou colocar-lhe uma terceira pergunta. Já aqui foi explicado pelo meu colega, Paulo Leitão, que o Fundo REVITA estava financiado por apoios de natureza privada, ou de diversas entidades, e que o apoio público era menos de metade do apoio privado — estamos a falar de 2,5 milhões de euros —, tendo em conta as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, de que, se houvesse necessidade, esse Fundo seria reforçado. E ele foi, efetivamente, reforçado, em 2,5 milhões de euros.

A pergunta básica e simples é esta, Sr. Presidente: não acha que, para as necessidades, para a importância do apoio, neste caso concreto, à agricultura, na dimensão financeira orçamental do Estado, poderíamos ter ido um pouco mais longe?

Parece-nos que 2,5 milhões de euros, para o Estado — ou para qualquer um de nós —, é muito pouco, mas fica a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a ronda de perguntas e passo, por isso, a palavra ao Sr. Presidente Jorge Abreu, para responder.

O Sr. **Jorge Manuel Fernandes de Abreu**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começaria pelo Sr. Deputado Paulo Leitão.

Queria referir aqui que, quando o Sr. Primeiro-Ministro falou do dinheiro e disse que, quando alguma vez faltasse dinheiro no REVITA a dotação seria retificada, o Estado não deixaria, com certeza, de faltar, isto se referia às primeiras habitações, porque, quanto às segundas, nunca o Estado disse que... Disse que ia arranjar uma solução, mas não disse que ia pagar do REVITA, tanto é que a solução foi a linha de crédito.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia: «para as primeiras fiquem descansados, que o dinheiro não vai faltar, não se preocupem». E cumpriu. E posso dizer-vos, Srs. Deputados, até pelas contas, que são públicas, o dinheiro que ainda há no REVITA vai, com certeza, chegar, porque os casos que estão ainda pendentes nunca conseguem chegar àquele total, porque cada recuperação de cada habitação tem um teto máximo de avaliação na construção. Por isso, vai sobrar dinheiro do que está.

Outra coisa é para as segundas habitações, conforme já referi, mas aí nunca foi dito que as segundas iam ser financiadas do dinheiro do REVITA, tanto é que foi criada a linha de crédito. O que referi foi que o Sr. Primeiro-Ministro disse: «fiquem descansados, primeiras habitações não há problema, que o dinheiro irá aparecer». Não foi bem assim, mas claro...

Quanto aos fundos e como foi a atribuição daqueles casos, que não foram entregues à CCCR, mas antes à União das Misericórdias Portuguesas, à Mota-Engil, à Cáritas, etc., o levantamento era feito, com a estimativa de custo, e, depois, esses próprios fundos e entidades debruçavam-se sobre os processos e viam se queriam ficar com eles, se ficavam com o processo e cumpriam com o limite orçamental e tudo isso. E alguns aceitavam, outros não. Outros diziam «não, não fico com esses», por alguns motivos, e o REVITA acabava por absorver esses casos. Tanto que, no meu concelho, posso dizer-vos que a recuperação praticamente total de habitações foi feita

pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pela União das Misericórdias Portuguesas, porque eles preferiam pegar em casos quase de raiz, digamos assim, porque o restante dos nossos casos, pelo que tenho aqui, entre 18 casos do REVITA, 98 000 €, como estão a ver, foram pequenas coisas, em grande parte dessas habitações.

Os outros apoios, privados ou particulares, queriam, normalmente, não ir lá só, por exemplo, mudar um telhado ou uma caleira, não; queriam começar a dar apoio de raiz e faziam a casa, mas eram sempre eles que aceitavam, davam o *ok* se queriam pegar nos processos.

**O Sr. Paulo Leitão (PSD):** — Quem fazia essa indicação?

**O Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu:** — A CCDR com a Comissão Técnica dava os projetos e eles analisavam, eles depois é que davam o *ok* se queriam.

O REVITA ficava com quem não conseguia, aqueles pequenos casos, e basta ver a minha situação. Mas eles inteiravam-se sempre que queriam, levavam o projeto, com os seus arquitetos, e debruçavam-se sobre isso, o valor, os custos e orientavam as coisas nessa situação.

Sobre o relatório de contas e o facto de ser mais abonatório em detrimento de outro município, o que posso dizer, muito sinceramente, é o que foi feito em Figueiró dos Vinhos — é sobre Pedrógão Grande que há aqui alguma desigualdade, Castanheira e Figueiró tudo *ok* — e sobre o outro município não posso dizer ao pormenor como as coisas correram. Da nossa parte, *ok*, é um reconhecimento do trabalho que foi feito e fico satisfeito com isso. E não me vou pronunciar sobre o outro caso, do outro município, porque também não acompanhei, para fazer aqui uma justificação ao nível de defesa.

Quanto ao abraço do Sr. Deputado João Gouveia — e de todos, com certeza — agradeço, reconhecidamente. E o concelho de Figueiró dos

Vinhos agradece também a preocupação dos Srs. Deputados em esclarecer a verdade e o facto de tudo isto servir, essencialmente, para se falar — e nunca é demais falar — de reflorestação florestal.

Da minha parte também fez sentido transmitir algumas preocupações, que podem ajudar e os Srs. Deputados têm o poder que todos sabemos que têm e podem, sem dúvida, ter também um papel fundamental na ajuda a estes territórios.

Respondendo ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, não disse que não queria, ou que não achava que não devem estar presidentes de câmara. Não, longe disso. A minha opinião é que o Estado devia, por exemplo — não tem de ter, como disse, um ministro ou um secretário de estado —, ter a CCDR com mais peso, com mais poder de decisão. A CCDR, no fundo, analisava os processos, *ok*, tudo certo, controlava as situações, pedia-nos o que estava mal e, depois, o Conselho de Gestão acabava por ir... Ou seja, podia, no Conselho de Gestão, estar, também, a CCDR, um representante do Estado ou até mais acima, não me chocava nada.

Com isto, não quero dizer que o poder político, e nós, os municípios, deixemos de ter responsabilidade sobre isto, não. O que é acho é que, ainda que eu, da minha parte, e os meus colegas presidentes de câmara, não deixemos de lado a nossa isenção, o lado emotivo, naquela situação de catástrofe, por vezes, pode desviar-nos de tomar decisões mais assertivas. É só isso, porque há o lado sentimental, às vezes, porque conhecemos todas as pessoas e quando estamos a decidir, podemos... Não foi por acaso que nunca fui a uma reunião da Comissão Técnica e evitei estar no REVITA, foi por isso mesmo: conhecia todas as pessoas em causa e às vezes podia fugir daquilo que devia ser a linha. Foi isso.

Não foi fugir da responsabilidade, porque eu sempre disse, no município: sou arguido num processo-crime do outro, dos incêndios, estou aqui e não deleguei em ninguém; assumi a proteção civil e estou aqui para o

que der e vier; não é só para o bem. Costumo dizer que quando corre bem vou à frente e quando corre mal, e quem trabalha comigo sabe perfeitamente, não é... O que eu e toda a gente pretendíamos era que isto fosse impecável ou intocável, que não houvesse nada.

Claro, é um processo muito complexo, não estávamos preparados. Somos municípios com muitas limitações e acho que, aqui, o Estado puxou a eles — e bem — tudo o que eram decisões e apoios, mas também, particularmente, se tivesse tido ali um maior empenhamento, é a minha singela opinião, acho que não se perdia nada e nós agradecíamos.

Quanto ao apoio privado e a questão de este ser muito, foi, sem dúvida.

Quanto à questão sobre se o REVITA podia ir mais longe nos apoios agrícolas, podia, porque já referi aqui que os agricultores, mesmo que fosse... Para já, há uma situação que é de reter, que é de ter em consideração: isto foi um apoio que nunca se tinha verificado, mas não me chocava nada, a este nível, atendendo à região, e sendo alguém que decidisse acima de nós — e aqui, se calhar, o Estado podia ter um papel fundamental, com a autonomia que tem —, ir para além do prejuízo. O que é que se estava a fazer com isso, com os agricultores? Incentivar a agricultura no interior, a floresta acabava por ser tratada e limpa, porque tinham alguns apoios, e podíamos estar a fazer um trabalho de pedagogia, também, além da recuperação e não ir só, objetivamente, ao custo, numa lógica de «Foi aquele o prejuízo? *Ok*, é isso que tem de ser.».

Podia ter-se feito, aqui, e acho que não ficava nada mal se tivéssemos feito isso, podíamos incentivar algumas pessoas também nessa área.

Não sei se respondi a tudo, mas, por defeito, os Srs. Deputados, se houver alguma coisa que me tenha passado, estão à vontade...

O Sr. **Presidente**: — Terminámos a nossa audição, pelo que me resta agradecer ao Sr. Presidente Jorge Abreu a sua presença, o seu depoimento e

a forma muito desassombrada como, claramente, tentou responder a tudo e tentou responder a todos. Agradeço também a boa colaboração dos Srs. Deputados e dos serviços e recordo que, na próxima semana, prosseguiremos as nossas audições, de que, tão logo estejam confirmadas, daremos imediatamente conta aos Srs. Deputados. Em princípio serão na terça e na quarta-feira, às 15 horas.

Até lá e muito obrigado. Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 52 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.